

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – CORECON PR

26º PRÊMIO PARANÁ DE MONOGRAFIA

POBREZA MULTIDIMENSIONAL:

O DESENVOLVIMENTO DAS FAMÍLIAS NO PARANÁ EM 2003 E 2013

PSEUDÔNIMO DO AUTOR: JOYCE OMARTIAN

CATEGORIA:

ECONOMIA PARANAENSE (X)

ECONOMIA PURA OU APLICADA ()

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar a pobreza multidimensional no Paraná com base no desenvolvimento das famílias em 2003 e 2013. Para isso, revisou-se a literatura teórica e empírica e construiu-se o Índice de Desenvolvimento das Famílias (IDF) proposto por Barros, Carvalho e Franco (2003) e adaptado para esta pesquisa por Souza e Devidé Jr. (2015), a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). A literatura mostra que a gênese dos estudos da pobreza se apresenta como resultado da preocupação com a evolução capitalista e os riscos sociais a ela envolvidos, e que existem diferentes definições de pobreza e aplicações. Há duas abordagens distintas do fenômeno: a unidimensional e a multidimensional. Conforme critério unidimensional, a proporção de pobres (razão entre o número de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza e a população total) no Paraná sofreu uma redução de 20 pontos percentuais no período de 2003 a 2013. Na abordagem multidimensional, que oferece sustentação teórica para a construção do IDF, as dimensões selecionadas para análise são: ausência de vulnerabilidade, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos, desenvolvimento infantil, condições habitacionais e consumo de bens duráveis. O Paraná apresentou melhora de um ponto percentual no desenvolvimento das famílias de 2003 para 2013. As dimensões: ausência de vulnerabilidade, disponibilidade de recursos, desenvolvimento infantil, condições habitacionais e consumo de bens duráveis contribuíram para o bom desempenho do indicador. Os resultados revelaram que as famílias no Paraná possuem maiores vulnerabilidades no acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho e na atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens nos anos de 2003 e 2013, e que aplicação de políticas voltadas para essas dimensões são importantes para potencializar as condições de vida e reduzir as privações das capacidades das famílias.

Palavras-chave: Pobreza multidimensional. Paraná. IDF.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidade de extremamente pobres no Brasil segundo metodologias diversas de estimação- Brasil/2009-2010.....	12
Gráfico 2 - Evolução da pobreza: a proporção de pobres no Brasil, 1992-2012.....	15
Gráfico 3 - Evolução da proporção de pobres e índice de Gini no Brasil de 1981 a 2013.....	21
Gráfico 4 - Proporção de pobres no Paraná e no Brasil de 1990 a 2013.....	27
Gráfico 5 - América Latina: incidência da pobreza extrema e pobreza total, e crianças em famílias pobres e indigentes em 2011.....	33
Gráfico 6 - Pobreza multidimensional conforme a combinação de recortes de renda <i>per capita</i> familiar e privações de bens e serviços – Brasil, 2004, 2008 e 2012.....	33
Gráfico 7 – Pobreza multidimensional segundo a combinação de recortes de renda <i>per capita</i> familiar e privações de bens e serviços, segundo grandes regiões- Brasil, 2004, 2008 e 2012.....	34
Gráfico 8 - Indicadores multidimensionais da pobreza no Paraná em 2003 e 2013.....	47

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	04
2 A POBREZA E A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO CIENTÍFICO	
2.1 Os primeiros estudos sobre a pobreza no mundo: avanço econômico e os riscos sociais no capitalismo.....	06
2.2 O pensamento científico sobre a pobreza.....	09
3 OS ESTUDOS DA POBREZA NO BRASIL E NO PARANÁ: ABORDAGEM UNIDIMENSIONAL E MULTIDIMENSIONAL	
3.1 Abordagem unidimensional da pobreza.....	12
3.1.1 Pobreza a partir das categorias arbitrárias: salário mínimo ou dólares por dia.....	13
3.1.2 Pobreza a partir das categorias observadas: estrutura de consumo.....	16
3.1.3 Evolução da pobreza e as relações com o desempenho econômico.....	19
3.2 Abordagem multidimensional e as evidências para o Brasil e Paraná.....	28
3.2.1 Evidências da pobreza multidimensional.....	32
4 A POBREZA MULTIDIMENSIONAL: DESENVOLVIMENTO DAS FAMÍLIAS NO PARANÁ	
4.1 Metodologia da construção do Índice de Desenvolvimento das Famílias (IDF).....	41
4.2 Resultados da pesquisa e interpretações.....	44
5 CONCLUSÃO	52
REFERÊNCIAS	54
APÊNDICE	59

1 INTRODUÇÃO

A pobreza no Brasil vem sendo alvo de estudos e pesquisas há décadas. Apesar de números ainda elevados, o país mostra-se disposto a enfrentar uma herança de exclusão histórica da população e assim conceder condições mínimas de subsistência e oportunidades a todos.

Em setembro de 2000, com o compromisso de alcançar os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), 189 nações se reuniram e estabeleceram que até o ano de 2015 reduzissem pela metade a proporção da população com renda inferior a um dólar por dia e aqueles que sofrem de fome. O Brasil firmou esse acordo e com base nas informações de ODM Brasil (2015), a redução da extrema pobreza pela metade foi atingida já em 2002.

Dados do Portal Brasil (2015) mostram que a população extremamente pobre¹ caiu de 7,6 milhões de pessoas em 2011 para 6,5 milhões em 2012, e a população pobre foi reduzida de 19,1 milhões para 15,7 milhões. Uma década atrás, em 2002, a PNAD revelava a existência de 41 milhões de pobres no país e 15 milhões viviam na extrema pobreza.

A questão da pobreza está relacionada ao desenvolvimento econômico de um país. De acordo com Cano (2013), o desenvolvimento significa não só crescimento, mas mudanças estruturais que exigem distintas formas de tributação, de apropriação e distribuição da renda e de alocação do excedente. Portanto, problemas como a pobreza podem limitar o desenvolvimento de uma nação e de uma região, cujo processo tem como objetivo essencial potencializar as condições de vida da população.

A mensuração da pobreza pode ser realizada a partir de diferentes abordagens: a unidimensional e a multidimensional. A unidimensional considera que são pobres aqueles que não dispõem de um nível de renda suficiente para satisfazer às suas necessidades. Nessa abordagem, os principais conceitos de pobreza são os referentes à pobreza absoluta, pobreza relativa e a pobreza subjetiva. Na perspectiva multidimensional, o nível de bem estar das pessoas é determinado por um conjunto de fatores sociais e não somente pela renda. Amartya Sen é um dos defensores desta vertente em que a pobreza constitui em uma privação da capacidade básica humana. Para Sen (2010), a capacidade é definida como a liberdade de um indivíduo escolher entre uma variedade de estilos de vida e como limitadores dessas escolhas tem-se o analfabetismo, a fome, a invalidez entre outros fatos.

¹ População extremamente pobre refere-se àquela de renda familiar mensal *per capita* de até R\$ 70; população pobre àquela de renda familiar mensal *per capita* até R\$ 140. Estes valores foram estabelecidos por decreto em 2009 e equivaleria dizer que as pessoas extremamente pobres viviam com US\$ 1,25 por dia, e as pobres com US\$ 2,00 por dia, critério muito próximo do adotado pelo Banco Mundial.

A literatura empírica revela pesquisas baseadas na análise multidimensional da pobreza realizada para o Brasil, como em: Comim e Bagolin (2002), Barros, Carvalho e Franco (2003), Kageyama e Hoffman (2006), Barros, Carvalho e Franco (2006), Silva (2009), Ottonelli et al. (2011), Franzon (2014), Costa e Costa (2014), MDS (2014), Oliveira (2014), Lopes (2015). Na dimensão regional, para o Paraná, têm-se: Nóbrega (2008), Albuquerque e Cunha (2012), Nazareno, C. Junior, Ignácio (2012) e Giovanetti e Raiher (2015).

Com relação à abordagem unidimensional, alguns autores podem ser citados: Rocha (1997), Barros, Henriques e Mendonça (2001), Rocha (2003), Almeida e Freitas (2006), Codes (2008), Loureiro e Suliano (2009), Jaccoud (2009), Osório et al. (2011) e Ricarte, Melo e Targino (2013). Para o Paraná, os trabalhos são IPARDES (2003) e Silva, Borges e Parré (2013).

A investigação mostrou que especificamente para o estado do Paraná há raras publicações relacionadas à análise da pobreza, sobretudo, que utilizem a abordagem multidimensional. O estado possui 399 municípios e uma população que em 2014 era de 11.081.692. Segundo o IPEADATA (2015), o Paraná possuía 223.814 domicílios pobres em 2012 e este número reduziu para 198.825 em 2013, uma queda de mais de 11%. Nota-se uma queda contínua das taxas de pobreza e extrema pobreza no Paraná a partir de 2003, mas a sua persistência e a busca de indicadores sobre o desenvolvimento das famílias no Estado representam a motivação deste estudo.

Este trabalho tem como objetivo analisar a pobreza multidimensional no Paraná com base no desenvolvimento das famílias em 2003 e 2013. Para isso, apresenta-se uma revisão teórica e conceitual sobre a pobreza, as evidências para o Brasil e para o Paraná para, em seguida, mensurar e analisar o Índice de Desenvolvimento das Famílias para o Estado.

O trabalho está dividido em cinco capítulos, sendo o primeiro esta introdução. O segundo trata dos estudos iniciais sobre pobreza no mundo e mostra a trajetória do pensamento científico brasileiro com relação à pobreza, as definições e discussões existentes. No terceiro, faz-se uma análise dos dados e pesquisas existentes de acordo com a abordagem unidimensional, isto é, considerando-se a renda. Analisa-se as relações da pobreza com o desempenho econômico no Brasil e, na sequência, expõe-se a abordagem multidimensional da pobreza e as evidências para o Brasil e Paraná. No quarto capítulo descreve-se a metodologia empregada, calcula-se o IDF e analisa-se seus resultados. No último capítulo, destacam-se as principais conclusões do estudo.

2 A POBREZA E A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO CIENTÍFICO

Este capítulo trata dos primeiros estudos da pobreza no mundo e o percurso do pensamento científico, marcados por uma série de definições e métodos de mensuração da pobreza.

2.1 Os primeiros estudos sobre a pobreza no mundo: avanço econômico e os riscos sociais no capitalismo

Hobsbawm (2004) escreveu que a certa altura da década de 1780, as sociedades tornaram-se capazes da multiplicação rápida, constante e ilimitada de homens, mercadorias e serviços e isso pode ser definido como Revolução Industrial. Houve um brusco declínio da população agrícola e um rápido crescimento das cidades e áreas industriais que se expandiam sem planejamento ou supervisão.

Os trabalhadores tiveram que se adequar à indústria e ao ritmo ininterrupto de trabalho diário, o que difere dos altos e baixos provocados pelas diferentes estações na atividade agrícola. “O desenvolvimento urbano foi um gigantesco processo de segregação de classes, que empurrava os novos trabalhadores pobres para as grandes concentrações de miséria alijadas dos centros de governo e dos negócios” (HOBBSAWM, 2004, p. 283). As condições sanitárias e habitacionais e o fornecimento de água eram precários e os salários dos operários não atendiam as suas necessidades mínimas de sobrevivência.

Codes (2008) escreve que a pobreza atraiu a atenção intelectual e política a partir do nascimento do capitalismo, fazendo com que governos tivessem que definir a necessidade dos pobres em relação a sua renda. Kerstenetzky (2005) apresenta que nos fins do século XVIII na Inglaterra havia duas posições com relação ao progresso econômico trazido pela nova ordem econômica, o capitalismo. Os industriais e comerciantes apoiados pelo Parlamento acreditavam nas propriedades “auto-curativas” do progresso, ou seja, tudo seria resolvido com o crescimento da economia. Entretanto, outro grupo urgia na iniciativa do Estado para a regulamentação da pobreza já que o progresso parecia ameaçar o tecido social.

Antes mesmo da Revolução Industrial, na Inglaterra e na Europa, eram desenvolvidas formas de alívio voltadas aos pobres. Em 1601, no final do reinado da rainha Elisabeth foi criada a Lei dos Pobres. Ela concedia auxílio financeiro aos pobres, contudo, obrigava os homens a prestarem serviços em asilos e albergues e exigia a frequência das crianças na escola.

Nunes (2003) revela que entre 1722 e 1782 foi implantado o sistema de *workhouses*, (casas de trabalho) para receber os pobres sujeitos à assistência paroquial. Nestes locais, os indivíduos eram submetidos a regras rígidas e violações implicavam em penas e proibições. Em 1795, os juízes de Berkshire reconheceram legalmente o direito à vida e instituíram o sistema *Speenhamland*, que garantia a cada pessoa uma renda mínima. Se o ganho fosse inferior à renda mínima a paróquia complementaria a renda. Tal sistema provocou uma elevação dos impostos destinados a sustentar a assistência à pobreza e por isso foi revisto em 1834.

Kerstenetzky (2005) registra que com a reforma da Lei dos Pobres em 1834 foram abolidas as condições que impediam a formação de preços e quantidades no mercado de trabalho; porém, face ao novo risco social, o Estado teve o papel de ao longo das décadas seguintes, garantir os direitos aos trabalhadores, por intermédio da legislação fabril e sindical.

Porém, para Malthus, a pobreza só seria erradicada se as qualidades morais e intelectuais que tornam os indivíduos pobres fossem modificadas (MCCULLOCH, 1964 apud NUNES, 2003, p. 9). Economistas acreditavam que a Lei dos Pobres contribuía com a reprodução biológica dos pobres e que havia uma reprodução da base moral em que se erguia a pobreza. Adam Smith e Thomas Malthus se manifestaram sobre a regulamentação pública da pobreza. Smith defendia o alcance dos efeitos socialmente virtuosos do progresso econômico sob o regime da “liberdade natural”; Malthus embora descrente destes efeitos tinha a convicção de que as leis dos pobres só agravava o problema da população e da provisão de alimentos.

Contudo, no período de industrialização no século XIX, estas iniciativas de assistência aos pobres passaram a ser insuficientes, pois a miséria explodia na classe trabalhadora urbana. Dessa forma, compreender as causas e mensurar a dimensão da pobreza foi um dos objetos de debate naquela época. Além disso, a temática entrou nos discursos literários e nas primeiras enquetes sociais.

Os primeiros estudos sobre a pobreza remontam o período de 1886 a 1903, no qual Charles Booth realiza os primeiros estudos empíricos para análise da pobreza em Londres. Ele trabalhava com a elaboração de mapas que representavam as condições médias de vida prevalentes em cada rua.

Conforme Nóbrega (2008), a pesquisa de Booth levantou informações de caráter quantitativo e descritivo da pobreza feita com a aplicação de questionários às pessoas e famílias sobre suas condições de trabalho, suas moradias e sobre o ambiente urbano. Com os

dados, Booth faz uma classificação da pobreza e usa cores para detalhar as classes na cidade de Londres.

Em 1901, o nutricionista Benjamin S. Rowntree, em seu estudo “*Poverty, a study of town life*” assumiu a tarefa de uma investigação detalhada sobre as condições sociais e econômicas. Ele dividiu a população em duas categorias: a pobreza primária, caracterizada por famílias cujos recursos são insuficientes para obter o mínimo das necessidades básicas dos indivíduos, e a pobreza secundária, cujos recursos seriam suficientes para manutenção da vida e, ainda contaria com alguns gastos necessários e outros supérfluos. Em seu trabalho, Rowntree (1908) estabelece uma linha de pobreza ao estimar os gastos mínimos necessários com alimentação, aluguéis e demais despesas domésticas. Com base em suas pesquisas Rowntree chega ao número de 20.302 pessoas, ou 27,84% da população de York vivendo na pobreza (soma da pobreza primária e secundária).

Todavia, as formas de mensuração da pobreza foram reforçadas a partir de trabalhos como os de Peter Townsend que defendia que as privações decorrem da pobreza.

A pobreza é um conceito relativo. Dizer quem está em situação de pobreza é uma afirmação relativa – como dizer quem é baixo ou pesado. (...) O fato de que a pobreza é essencialmente um conceito relativo e que essencialmente se refere a um conjunto de condições e não simplesmente à condição financeira tem sido aceito publicamente ou implicitamente pelos maiores estudiosos do tema quase desde o início dos estudos sobre pobreza. (TOWNSEND, 1972 apud KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006, p. 82).

Nóbrega (2008) escreve que Peter Townsend colocou em questão o significado de linha de pobreza que era aceito desde Rowntree, e defendeu o conceito de pobreza relativa. Como observado por ele, as privações mudam no tempo e no espaço em função daquilo que é produzido por cada sociedade, e com isso alguns itens se tornam obsoletos enquanto outros são impostos como novas necessidades básicas.

Para Rocha (2003), Townsend considera que as linhas de pobreza teriam que se aproximar do nível médio de renda na Inglaterra e este fato marca o abandono progressivo das linhas de pobreza a partir de “cestas” que refletiam as necessidades de bens e serviços, em prol da adoção de linhas de pobreza a partir da distribuição de renda. A linha de pobreza teria que se aproximar do nível médio de renda, mas tal nível era superior em 40% da linha calculada. Peter Townsend defendia o desenvolvimento de uma linha de pobreza estabelecida especificamente para cada sociedade. Em seus estudos, esta linha seria obtida ao considerar a diferença no nível de renda entre aqueles que sofrem de privações múltiplas e outros que enfrentam menos privações.

2.2 O pensamento científico sobre a pobreza

A trajetória do pensamento científico sobre pobreza tem sido marcada por uma série de definições e métodos de mensuração da pobreza. Para Hageaars e De Vos (1988 apud Kageyama e Hoffmann 2006, p.81) todas as definições de pobreza podem ser enquadradas numa das três categorias seguintes: a) pobreza é ter menos do que um mínimo objetivamente definido (pobreza absoluta); b) pobreza é ter menos do que outros na sociedade (pobreza relativa); c) pobreza é sentir que não se tem o suficiente para seguir adiante (pobreza subjetiva).

Entre as definições de pobreza absoluta tem-se inicialmente, a ideia de subsistência que é até hoje empregada por diversos países. Ela leva em consideração a quantidade mínima de alimentos e água que faz necessário a vida e é também denominada de método calórico. Para Soares (2009), esta metodologia foi primeiramente empregada por Rowntree em 1901, está em uso há mais de cem anos, e é utilizada pelo Brasil e pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) para a América Latina.

“No Brasil, inauguraram a tradição de linhas de pobreza usando o método calórico; Thomas (1982) e Fava (1984) e posteriormente, Rocha (1988), Neri (2003) entre outros que deram continuidade aos trabalhos” (SOARES, 2009, p. 15). Nesta abordagem, determinam-se os requisitos calóricos mínimos para uma pessoa, em seguida calcula-se o custo calórico e uma linha de pobreza é estabelecida abaixo da qual as pessoas não possuem as mínimas condições para sobreviver.

Porém, para Townsend (1993 apud CODES 2008, p.12) uma das críticas a esta abordagem está em considerar as necessidades humanas unicamente como físicas. Os seres humanos não são apenas organismos que requerem reposição de suas energias corporais, mas são seres sociais que desempenham diversos papéis e dependem da estrutura e instalações de serviços sociais. Além disso, a quantidade e o custo de gêneros alimentícios variam conforme os papéis sociais desempenhados pelas pessoas, os hábitos alimentares observados, e os tipos de comida disponíveis em cada sociedade por meio de seus mecanismos de produção e de seus mercados.

Portanto, surge o conceito de necessidades básicas. Para Codes (2008), esta nova abordagem ganha evidência em 1970 e passa a abranger uma análise multifacetada da pobreza incluindo dois grupos de elementos: mínimo de requerimentos para consumo privado (como comida, abrigo e roupas) e também as necessidades referentes aos serviços para a comunidade como um todo (como serviços sanitários, transporte público, educação e saúde). Com isso, o

novo conceito mostra-se como uma extensão da ideia de subsistência, porém mesmo as necessidades consideradas absolutas e que devem ser satisfeitas independentemente de comparações, não estão livres do componente relativo da pobreza, ou seja, são mutáveis entre as comunidades.

Diante disso, a insatisfação com os conceitos de pobreza absoluta levou à formulação de linhas de pobreza relativa. Um dos grandes defensores como visto foi Peter Townsend que constatou que a relação entre privações e renda é mutável ao longo do tempo e entre comunidades que ocupam diferentes territórios. “Qualificar a pobreza absoluta parece lhe dar um aspecto objetivo que poderia ser falacioso, na medida em que as necessidades não são as mesmas, ontem ou hoje, aqui ou acolá” (SALAMA; DESTREMAU, 2001 apud CODES, 2008, p. 53).

Sob essa perspectiva, a pobreza é definida a partir da consideração do padrão de vida e da maneira como diferentes necessidades são supridas em uma dada realidade socioeconômica. Para Soares (2009), as linhas de pobreza relativas são formuladas com base em uma fração da renda média ou, mais frequentemente, da mediana abaixo da qual são consideradas pobres. A União Europeia, por exemplo, adota linhas de pobreza relativa correspondendo a 60% do rendimento mediano em cada país membro.

Diante desse caráter relativo, os países passaram a formular e a buscar sociedades mais igualitárias tendo este parâmetro para análise da qualidade do desenvolvimento. Assim, o enfrentamento da pobreza passa pela defesa dos direitos de cidadania para todos.

Quanto mais rica a sociedade, mais o conceito relevante de pobreza se distancia de atendimento às necessidades de sobrevivência. Nos países desenvolvidos, onde o mínimo vital já é garantido a todos, embora ainda seja possível definir uma “cesta básica”, ela é irrelevante. Contrariamente às linhas de pobreza associadas ao valor de cestas de consumo, as linhas de pobreza relativas estão estreitamente imbricadas às questões de distribuição de renda (ROCHA, 2003, p.14).

Contudo, como escrito por Rocha (2003) embora os países obtenham sua linha de pobreza relativa, a comparação direta entre países quanto à incidência de pobreza precisa ser vista com cautela, pois um indivíduo considerado pobre em determinado país pode não ser assim classificado em outro.

Há ainda a discussão da pobreza subjetiva. Segundo Soares (2009), uma das formas de medir a pobreza é perguntar às pessoas se elas são pobres ou não. Contudo, esta abordagem possui dois problemas. O primeiro é que pode gerar incentivos adversos àqueles que respondem pelo fato de sua resposta determinar sua participação em um programa de

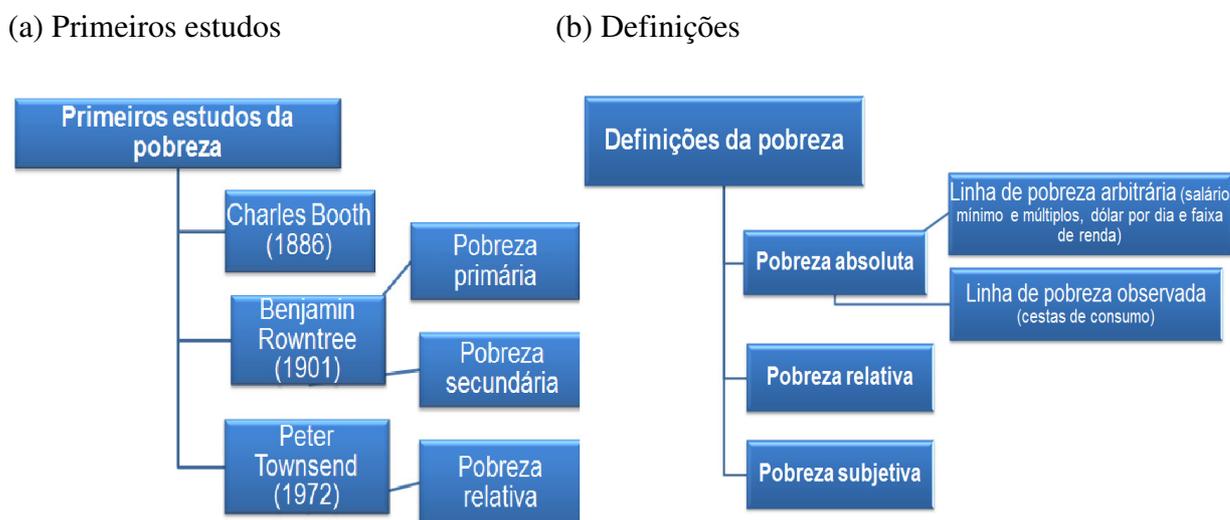
transferência de renda, por exemplo. O segundo problema depende do grupo de referência de cada indivíduo, pois geralmente as pessoas se comparam com aquilo que está mais próximo.

Apesar de pouco utilizado, há diversos métodos disponíveis para o cálculo da linha de pobreza subjetiva. Para Soares (2009), o método de Antuérpia identifica aqueles que vivem perto da linha da pobreza e considera que apenas estes têm condições de julgar o valor da linha de pobreza e de definir a sua percepção quanto à dificuldade de viver.

O método da linha subjetiva considera a percepção dos indivíduos sobre o valor da linha de pobreza. Já no método de Leyden, cada indivíduo responde diversas perguntas para definir a renda que é necessária para atingir um certo nível de bem-estar. Um último método citado é o de Pradhan e Ravallion que utiliza perguntas como “Seu domicílio consegue viver adequadamente com a renda que tem?” ou até “As pessoas no seu domicílio conseguem comer adequadamente com a renda que têm?” (SOARES, 2009, p. 43).

Os primeiros estudos da pobreza e as definições sobre pobreza estão sumarizadas na figura 1.

Figura 1 – Os primeiros estudos sobre pobreza e suas definições



Fonte: Elaboração própria.

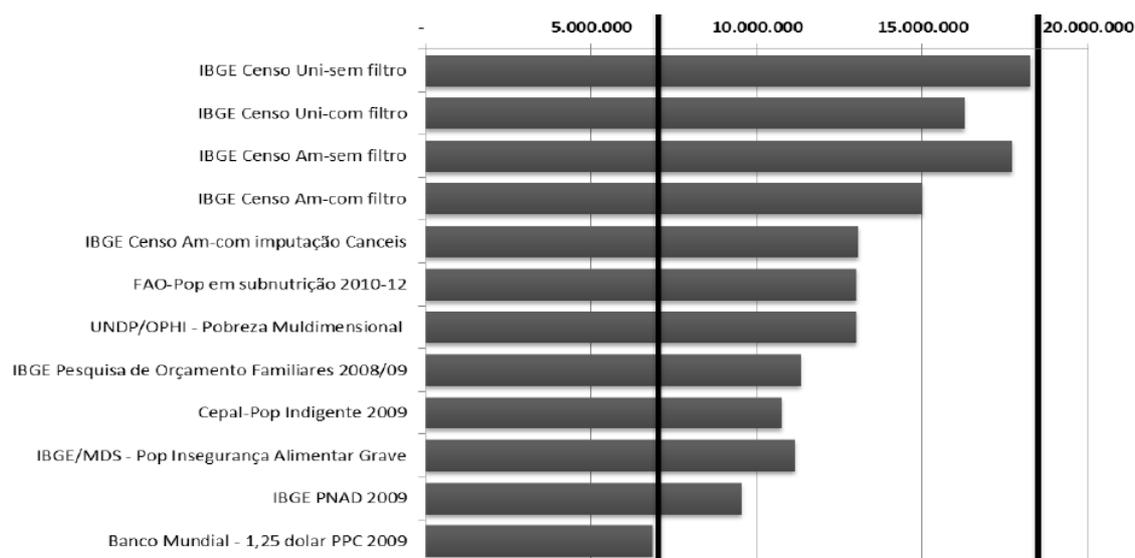
3 OS ESTUDOS DA POBREZA NO BRASIL E NO PARANÁ: ABORDAGEM UNIDIMENSIONAL E MULTIDIMENSIONAL

A experiência de estudos de pobreza no Brasil contempla a análise unidimensional que considera a renda, e a multidimensional que engloba além da renda, outros fatores sociais. Este capítulo apresenta mais detalhadamente cada uma das abordagens e os trabalhos empíricos para o Brasil e o Paraná.

3.1 Abordagem unidimensional da pobreza

As diferentes abordagens conceituais e tratamentos metodológicos sobre a pobreza podem gerar diferentes resultados e, como exemplificado no gráfico 1, o número de extremamente pobres pode variar de 5 a 20 milhões, dependendo da metodologia selecionada. Para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2014), essas distintas taxas de pobreza decorrem da maior ou menor abrangência das fontes de rendimentos captadas pelas diferentes pesquisas, das características das amostras e também da forma como foi efetuado o levantamento a campo.

Gráfico 1 - Quantidade de extremamente pobres no Brasil segundo metodologias diversas de estimação- Brasil/ 2009-2010



Fonte: Jannuzzi et al. 2012 apud MDS (2014).

Para Rocha (2003), o conceito relevante de pobreza para o Brasil é o de pobreza absoluta, já que grande número de pessoas não tem suas necessidades básicas atendidas. A operacionalização da abordagem da linha de pobreza envolve dois aspectos: o estabelecimento do valor das linhas de pobreza e a utilização desse parâmetro em conjunto com as informações sobre rendimento.

No que diz respeito ao estabelecimento do valor, as linhas de pobreza podem pertencer a duas categorias: as arbitrárias ou as observadas. A primeira categoria é estabelecida sem que haja garantia de que seu valor possibilite um conjunto de necessidades básicas como, por exemplo, tem-se a adoção do salário mínimo ou de um de seus múltiplos como linha de pobreza, ou ainda o uso de dólares por dia. Na observada, as linhas de pobreza se baseiam na estrutura de consumo das populações de baixa renda.

3.1.1 Pobreza a partir das categorias arbitrárias: salário mínimo ou dólares por dia

Do ponto de vista da primeira categoria, salário mínimo, conforme Loureiro e Suliano (2009), o Brasil estabelece que um indivíduo é considerado pobre se possui renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a meio salário mínimo mensal. Já a linha de indigência é definida em um quarto do salário mínimo por mês. Ao longo da década de 1980, a maioria das pesquisas eram baseadas em algum múltiplo do salário mínimo. Para exemplificar, Hoffmann (1984 apud Loureiro e Suliano, 2009) utilizou um quarto do salário mínimo vigente como linha de pobreza para as análises.

Em seu trabalho, Osório, Soares e Souza (2011) realizam um estudo sobre a evolução da pobreza extrema no período de 1995 a 2009 no Brasil, e consideram no cálculo da linha de pobreza extrema o valor de um quarto do salário mínimo mensal. Com base neste método, em 2003, 17 milhões de brasileiros sobreviviam com renda *per capita* mensal inferior a R\$ 50,00 mensais. Em 2009, este número caiu para 9 milhões. A tradição brasileira é medir o bem-estar pela renda domiciliar ou familiar *per capita*. Mesmo quando o mínimo é definido pelo consumo de uma cesta básica, a constatação da pobreza é feita pela insuficiência de renda para adquirir a cesta e não pela observação do efetivo não consumo da cesta.

Jaccoud (2009) estabelece uma relação entre pobreza e o mercado de trabalho e, com base nos dados da PNAD 2006, analisa por estratos de renda *per capita*, isto é, múltiplos do salário mínimo. Ao considerar apenas famílias cuja renda familiar encontrava-se abaixo de um quarto do salário mínimo, observa-se que 40% de seus chefes estavam ocupados por conta própria, 30% estavam empregados sem carteira e mais de 17% estavam desempregados.

Em seu trabalho Barros, Henriques e Mendonça (2001) analisam o percentual de pobres de acordo com a renda *per capita*. De acordo com sua análise, os valores máximos do grau de pobreza foram no início dos anos 1980 quando a porcentagem ultrapassou a barreira dos 50% da população. Ao comparar o Brasil com outros países com renda *per capita* similar obtém-se que a população pobre representava cerca de 30% da população total, enquanto que nos demais países similares esse valor corresponde a menos de 10%. Se ocorressem transferências equivalentes a 2% da renda das famílias poderia se acabar com a indigência que afligia 14% da população segundo dados de 2001. Com base na renda *per capita* brasileira, o grupo composto por 1% mais rico da sociedade concentrava uma parcela da renda superior à apropriada por todos os 50% mais pobres.

Outro trabalho é o de Ricarte, Melo e Targino (2013) que analisa os fatores que influenciam o nível de pobreza do trabalhador do setor de serviços no Nordeste brasileiro. Com base na PNAD 2011, classificam-se como pobres aqueles indivíduos cuja renda *per capita* é igual ou inferior a meio salário mínimo. Para os autores, os anos de estudo foi um parâmetro significativo e quanto maior o nível de educação formal, menor a probabilidade de um indivíduo pertencer à população pobre, isto é, cada ano adicional de estudo diminui a chance de um trabalhador do setor de serviços em 3,5% de ser pobre.

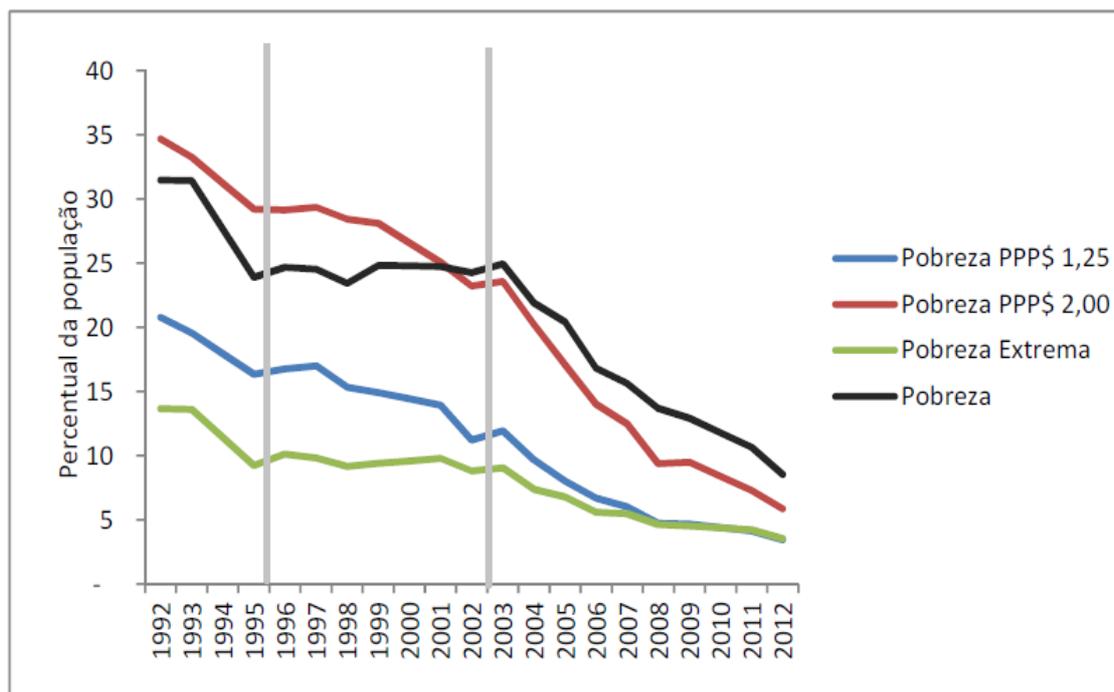
Ainda segundo a categoria arbitrária, tem-se o uso de um e dois dólares por dia. Para Soares (2009) nos anos 1980, o Banco Mundial buscava determinar uma linha de pobreza aplicável em todo o mundo. Após algumas análises constatou-se que a média era de US\$ 30 Paridade do Poder de Compra (PPC) por mês, ou US\$ 1 por dia. O Banco Mundial adotou como linha internacional da pobreza de um dólar por dia, em dólares de 1985, convertido em cada moeda nacional. A medida é atualizada com o índice de inflação norte americano.

No Brasil, o comunicado do IPEA (2013), utilizou quatro linhas de pobreza distintas. No gráfico 2, as linhas azul e vermelha representam as medidas adotadas pelo Banco Mundial para análise internacional. São elas: a azul no valor de US\$ 1,25 PPC que representa a linha de extrema pobreza, (ou indigência internacional) e a vermelha no valor de US\$ 2 PPC que corresponde à linha de pobreza. As outras duas linhas referem-se aos critérios de seleção para participação em programas de transferência de renda no Brasil: a linha de pobreza extrema considera renda familiar *per capita* mensal de R\$ 70,00 e a linha de pobreza cujas famílias vivem com até R\$ 140,00 de renda mensal.

Ao analisar a evolução de pobres no Brasil no período de 1992 a 2012, constata-se a presença de três fases distintas, com comportamentos diferenciados das linhas de pobreza e extrema pobreza. Na primeira fase, de 1992 a 1995, ocorre a queda na proporção de pobres

nas quatro linhas do gráfico 2, o que, para Rocha (2003), está relacionada a uma diminuição na pobreza rural, que foi mais intensa na região Sul devido a maior modernização agrícola.

Gráfico 2 - Evolução da pobreza: a proporção de pobres no Brasil, 1992-2012



Fonte: PNAD (1992-2012) apud IPEA (2013).

Com base nas medidas internacionais US\$ 1,25 PPP (*Purchasing Power Parity*, ou paridade poder de compra) e US\$ 2 PPP há uma insistente queda da pobreza no Brasil durante todo o período analisado². Pelas medidas nacionais, entre 1995 a 1998, nota-se um tempo de estabilização para as linhas de pobreza extrema e redução nas linhas de pobreza, em parte explicado pela implementação do Plano Real em julho de 1994. Fatores como: preços alimentares favoráveis, evolução dos rendimentos no setor de serviços e o câmbio sobrevalorizado contribuíram para isso, segundo Rocha (1997). Contudo, de 1999 a 2003 o país passa por um período de crise fiscal e desequilíbrio externo, a pobreza e pobreza extrema voltam a crescer.

² O PPP (*Purchasing Power Parity*, ou Paridade Poder de Compra) busca uma taxa de conversão entre duas moedas para que se defina quanto da segunda é necessário para adquirir o mesmo bem-estar da primeira. Para Soares (2009), os PPP são calculados com base no consumo mundial e sugerem que esta seria uma linha alta demais para países mais pobres e que mudanças nos processos de concentração de renda internos levariam a uma redução da pobreza devido aos índices utilizados. Dessa forma, o sistema empregado no PPP permite que diversas influências mundiais como consumo e preços dos diversos países, alterem o índice e também os dados para a pobreza nos países como pode ser notado no gráfico 2.

Após 2003, os quatro indicadores de pobreza e de extrema pobreza entram em declínio. O ano de 2003 configura-se como um ponto de inflexão da pobreza e extrema pobreza no Brasil, explicado por muitos autores pela redução da desigualdade de renda, contribuição dos programas assistenciais e melhoria do mercado de trabalho. Este assunto será discutido na seção 3.1.3.

3.1.2 Pobreza a partir das categorias observadas: estrutura de consumo

Como já mencionado, as linhas de pobreza podem pertencer a duas categorias: as arbitrárias ou as observadas. De acordo com a segunda categoria, isto é, a observada, as linhas de pobreza se baseiam na estrutura de consumo das populações de baixa renda. Segundo Rocha (2003), a realização do Estudo Nacional da Despesa Familiar em 1974/1975 permitiu gerar dados indispensáveis à adoção da abordagem no Brasil. Uma das vantagens é que a despesa das famílias reflete melhor sua renda permanente do que simplesmente a informação do rendimento. O primeiro passo é definir as necessidades nutricionais e determinar uma cesta que supre as necessidades mínimas. Em conjunto com a informação de renda *per capita*, delimita-se como indigente a pessoa cuja renda familiar *per capita* é inferior ao valor da cesta alimentar.

Segundo Gafar (1998 apud KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006) há várias razões para utilizar os gastos em consumo ao invés da renda. Há uma dificuldade de estimar a renda do setor informal e dos que trabalham por conta própria; as possibilidades da realização de empréstimos e da “despoupança” podem subestimar a real capacidade de consumo das famílias, além disso, o consumo reflete uma melhor medida do bem-estar no longo prazo.

Dados do Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF) de 1978 revelam que a pesquisa de orçamento familiar possibilitava cobrir uma faixa bastante ampla de dados socioeconômicos para atender às necessidades de planejamento tanto governamental como privado.

No Brasil, já aconteceram quatro pesquisas de orçamento familiar. Entre 1974 e 1975, denominada de Estudo Nacional de Despesa Familiar (ENDEF). Entre 1987 e 1988, a pesquisa passa a ser designada como Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), também entre 1995 e 1996, entre 2002 e 2003 e a última, entre 2008 e 2009. Segundo o IBGE, a POF obtém informações gerais sobre domicílios, famílias e pessoas, hábitos de consumo, despesas e recebimentos das famílias pesquisadas, e é responsável por atualizar a cesta básica de consumo.

Rocha (1997) descreve o uso da POF para o estabelecimento de linhas de indigência e pobreza. A pesquisa baseou-se na POF 1987-1988 e levou em consideração o consumo observado brasileiro. Inicialmente, uma cesta alimentar foi definida com base na estimação das necessidades nutricionais da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). De acordo com o efetivo consumo alimentar, a ingestão calórica foi estimada para cada décimo da distribuição de renda *per capita*. Para exemplificar, podem-se considerar as informações disponíveis para o Rio de Janeiro onde a ingestão média recomendada era de 2.123 calorias/dia. Contudo, a ingestão era somente atendida a partir do quarto décimo de distribuição, ou seja, em média cerca de 30 a 40% das famílias não atenderam às necessidades nutricionais e foram consideradas como pobres do ponto de vista alimentar.

Rocha (1997) considera os valores dos itens não alimentares de acordo com as seguintes categorias: habitação, artigos de residência, vestuário, transporte, saúde, despesas pessoais e outros. Uma vez calculados os valores da cesta alimentar e das outras despesas, a linha de pobreza é a soma dos dois valores.

Em seu trabalho Almeida e Freitas (2006) utiliza os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) realizada pelo IBGE entre julho de 2002 e junho de 2003 e analisa o perfil socioeconômico brasileiro. A renda média mensal *per capita* em 2003 foi de R\$ 635,15. Para reconhecer o padrão de consumo da população as despesas foram classificadas e os resultados são os de que as despesas pessoais representaram cerca de 42% das despesas totais, em seguida teve-se a alimentação com 19% e a habitação com 17%.

Para as cinco classes de renda estabelecidas na pesquisa, pode-se observar uma grande discrepância no consumo e na despesa mensal *per capita*. Enquanto o grupo de até 2,5 salários mínimos ingere dentro do domicílio cerca de 20 quilos de alimentos por mês, praticamente o dobro é consumido entre indivíduos das famílias com 25 salários. A quantidade consumida varia em razão da elasticidade/renda para cada classe econômica.

A região Nordeste possui o menor consumo alimentar *per capita* de 23,92 quilos/mês e também a menor despesa R\$ 56,00/ mês. Os maiores consumos estão na região sul com 32 quilos/mês e despesa de cerca de R\$ 70,00/mês. A diferença de quanto é consumido por um indivíduo do Rio Grande do Sul e outro de Roraima é de 120%.

Em uma listagem de 66 produtos, os mais consumidos pela população em termos *per capita* foram refrigerantes e água (34,45 quilos) seguido do leite pasteurizado (33,09 quilos). Quando se muda de classe de renda observa-se que o consumo desses dois produtos aumenta.

Contudo, o arroz polido, terceiro item de maior consumo é menos ingerido por aqueles com renda superior a 10 salários mínimos.

Em pesquisas mais atuais, o Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (2014) calculou o valor da linha de pobreza a partir da POF 2008-2009. Os valores em reais são diferentes para as diversas regiões do país devido às discrepâncias entre padrões de consumo e preços ao consumidor entre as regiões e de acordo com o local de residência (metropolitano, urbano ou rural). Tomaram-se por base as cestas de consumo estabelecidas e as ajustou a cada ano pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) calculado pelo IBGE.

A região rural Norte do país obteve o menor valor de linha de pobreza R\$ 105,61, enquanto que a região metropolitana de São Paulo teve o maior valor R\$ 398,04, que representa 59% do salário mínimo. Ao considerar-se uma renda *per capita* neste valor, o número de pessoas classificadas como pobres será maior do que nas demais regiões, e isto ocorre devido às cestas alimentares e aos preços ao consumidor não serem homogêneos nas diversas regiões. A cidade de Curitiba apresenta uma linha de pobreza de 39% do salário mínimo no valor de R\$ 264,22. Portanto, se fosse considerada uma linha arbitrária de meio salário mínimo (em 2013 no valor de R\$ 339), mais pessoas seriam consideradas pobres e este parâmetro superestimaria a real dimensão.

Para Soares (2009) as linhas de pobreza baseadas no método calórico apresentam algumas desvantagens. A primeira é que os dispêndios com alimentação fora de casa não são considerados, e a parcela de renda de cada família gasta com alimento depende da renda da família, de suas características demográficas e também dos preços relativos. Um aumento de preços relativos da comida e um aumento da renda real pode levar a um maior ou menor consumo de alimentos. Se o efeito-renda for maior, a família consumirá mais de tudo, tanto alimentos quanto não alimentos. Por outro lado, se o efeito-preço for maior então a família consumirá menos comida e isso pode levar a um aumento na linha de pobreza e também, no número de pobres.

No Paraná, os estudos da pobreza estão concentrados no uso do método arbitrário, considerando o salário mínimo ou seus múltiplos. O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social (IPARDES) em 2003 fez uma análise das famílias pobres paranaenses, e para tanto utilizou como linha de pobreza o valor de meio salário mínimo mensal *per capita*. A pesquisa utilizou dados do Censo demográfico e constatou que em 2000, havia cerca de 589.420 famílias pobres no Paraná aproximadamente 24% da população do estado, deste total 67% residiam em áreas urbanas. A frente dessas famílias estão pessoas com perfil etário mais jovem e aproximadamente 20% destas possuem chefes mulheres.

Nóbrega (2008) mapeou os municípios pobres paranaenses a partir de uma linha monetária de pobreza. Em sua análise por microrregião, a pobreza pode ser vista com maior concentração no centro do estado e nos extremos norte e sul da microrregião de Curitiba. Os grupos de municípios vizinhos apresentam processos semelhantes na distribuição de domicílios pobres. No trabalho, cerca de 50,8% das pessoas pobres no Paraná é constituída por menores de 18 anos.

Silva, Borges e Parré (2013) fizeram um estudo da distribuição espacial da pobreza no Paraná cuja base de dados foi extraída do Censo Demográfico de 2010. O trabalho considerou que o domicílio é pobre caso o rendimento mensal *per capita* seja igual ou inferior a R\$ 140,00. Como indicadores da pobreza considerou-se a renda média domiciliar *per capita*, o grau de urbanização e o índice de Gini. A maior porcentagem de domicílios abaixo da linha da pobreza se encontrou na região centro-sul e no litoral sul do estado. Dos 399 municípios, 12 apresentam taxas de pobreza acima de 20%, enquanto que 87 apresentam taxas abaixo de 5%. Um dos motivos que explicam o elevado índice de pobreza na região centro-sul é a sua emancipação precoce sem a devida infraestrutura, além disso, grande parte da população vive na zona rural, a estrutura agrícola da região é baseada em latifúndios, extrativismo e subsistência o que intensifica os problemas relacionados com a pobreza.

Com base na análise da dispersão das variáveis com o cálculo do coeficiente do I de Moran (índice que calcula a autocorrelação espacial global), obteve-se que um município com alto nível de pobreza está cercado por municípios com altas taxas de pobreza, e municípios com baixo nível de pobreza estão cercados por municípios com a mesma característica.

3.1.3 Evolução da pobreza e as relações com o desempenho econômico

Ainda com relação à abordagem unidimensional, esta seção examina a evolução da pobreza no Brasil associando-a com o desempenho econômico. Para tanto, são utilizados os dados da PNAD de 1981 a 2013 para a construção do gráfico 3. Este representa a proporção de pobres, que é a razão entre o número de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza e a população total. São considerados pobres aqueles com renda *per capita* inferior à linha de pobreza baseada nas necessidades calóricas.

No período em análise, constata-se que a maior proporção de pobres ocorre em 1983. Três anos após, ocorre a implantação do Plano Cruzado e verifica-se uma queda na porcentagem de pessoas abaixo da linha de pobreza, mas sem o controle inflacionário esta proporção volta a aumentar. Em 1994, com o Plano Real verifica-se um período de queda e

em seguida de estabilização. Mas, em 2001 a proporção de pobres aumenta devido a um abalo no mercado mundial. Um ponto de inflexão pode ser notado a partir de 2003, na qual a proporção de pobres manteve um declínio contínuo até dados recentes de 2013.

A expansão das transferências de rendas assistenciais e a política de valorização do salário mínimo operaram juntamente para que a proporção de pobres sofresse uma queda sustentada. A proporção de pobres sai de 34% em 2003 e atinge 14% da população em 2013, conforme gráfico 3. Ademais, nota-se que o índice de Gini deixou o valor de 0,58 em 2003 e em 2013 alcançou 0,52. Este fato demonstra que a redução no número de pobres foi acompanhada por uma melhor distribuição de renda.

Para compreender os fatos econômicos das décadas de 1970 e 1980, deve-se levar em conta o denominado milagre econômico brasileiro, pelo qual a economia do país liderada pelo setor de bens de consumo durável inaugurou uma fase de crescimento vigoroso que se estendeu até 1973. Hermann (2005) apresenta que o país chegou a crescer 11% ao ano e a taxa de investimento passou de 15% do PIB para mais de 20% neste período.

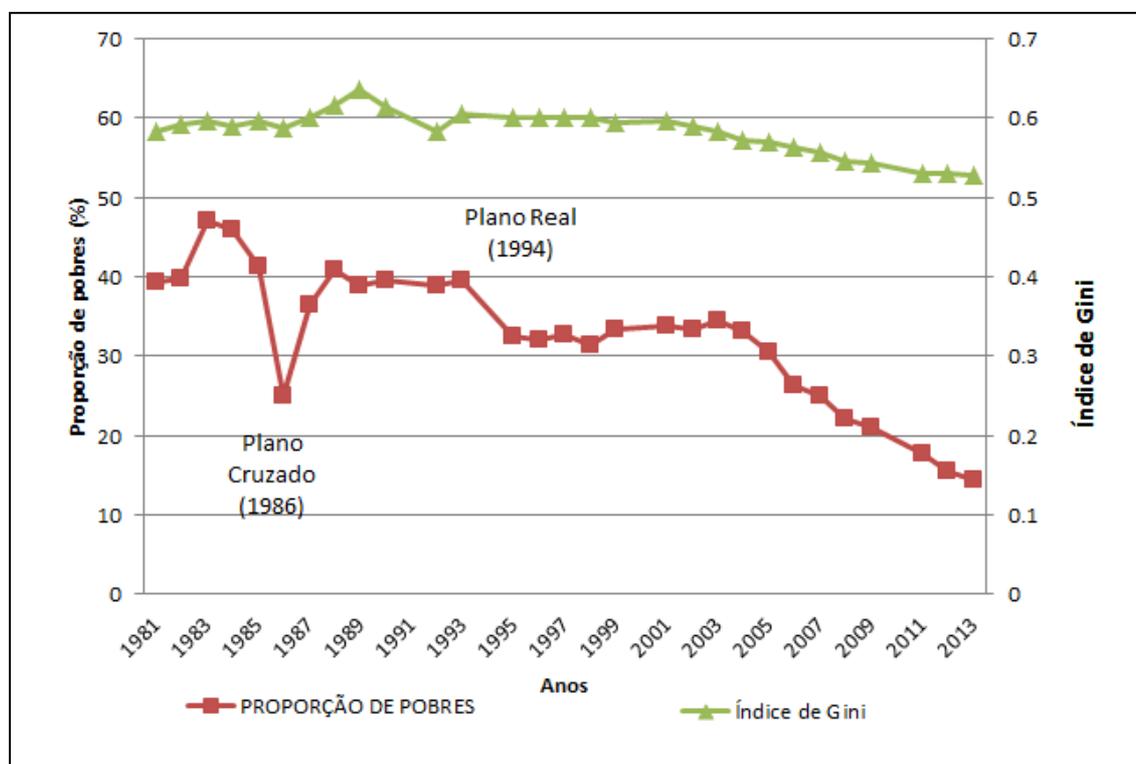
A rápida expansão das importações e da dívida externa implicou um aumento na dependência externa, pois bens de capital e petróleo não eram atendidos pelo parque industrial brasileiro. Em 1973 com a crise do petróleo os preços quadruplicaram e “iniciou-se assim uma longa fase de *stop and go* da economia” (Rocha, 2013, p.5). Diante da dependência brasileira, o governo Geisel que perdurou de 1974 a 1978, adotou um ajuste estrutural, isto é, uma ampliação na capacidade de produção doméstica de bens, que almejava a substituição das importações e ampliação da capacidade de exportação brasileira.

No início de 1979, o Brasil entrava no 12º ano consecutivo de vigoroso crescimento e endividamento externo. Apesar dos ajustes efetuados, o PIB brasileiro de 1971 a 1980 apresentou taxas de crescimento em torno de 8,6% ao ano. Em 1979, houve o segundo choque do petróleo e a resposta dos países industrializados foi a elevação de suas taxas de juros. O Brasil, com o general João Figueiredo e com o economista Delfim Netto, adotou um ajuste externo que pretendia não ser recessivo. Conforme Hermann (2005) foi adotado um controle fiscal e monetário com ajuste de preços relativos, que na prática se tornaram inócuos, pois a inflação corroía qualquer aumento real obtido.

Ramos e Mendonça (2005) expõem que o nível médio de renda de 1970 para 1980 aumentou 97%. O crescimento da renda beneficiou todos os décimos da distribuição, mas a razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres sai de 18,6 em 1970 para 19,7 em 1980. Com isso, tem-se uma estrutura distributiva menos equânime já que os 10% mais ricos retiveram uma renda média 19,7 vezes a renda dos 40% mais pobres. O

coeficiente de Gini passou de 0,561 em 1970 para 0,592 em 1980 mostrando que parte da renda que poderia ter conduzido a uma maior redução da pobreza ficou concentrada.

Gráfico 3- Evolução da proporção de pobres e índice de Gini no Brasil de 1981 a 2013



Fonte: IPEADATA (2015) e Séries Estatísticas IBGE (2015)(Elaboração própria).

Rocha (2013) deixa claro que, na década em questão, houve queda no número de pobres sendo mais acentuada na região Sudeste. São Paulo foi o estado que apresentou melhores resultados passando de 14,3% para 10,42%. Na região Nordeste o número de pobres declinou, mas com base no total nacional deixou de representar 38,5% e alcançou os 49,17% em 1980, devido às desvantagens estruturais e à baixa qualificação da mão de obra nordestina. No que concerne aos estratos (urbano, rural e metropolitano) a migração para as cidades permitiu uma queda na pobreza rural, e em contrapartida, um aumento na participação da pobreza urbana (de 29,7% em 1970 para 35,91% em 1980) e metropolitana (de 18,7% para 21,9%).

No período 1970-1980, a pobreza pode ser caracterizada como rural e nordestina. Os fatores que impulsionaram a redução da pobreza nesta década foram o crescimento econômico e os efeitos sobre a renda. Apesar de uma distribuição não equânime, das altas taxas de inflação e dos ajustes pelos quais o país passava o número de pobres diminuiu. Nota-

se que o número de pobres na região Sul declina aproximadamente 54%, deixando os 15,35% em 1970 para 10,37% em 1980.

Vale lembrar que neste período, seja no Brasil, seja no resto do mundo, pobreza e desigualdade estavam longe de ocupar o centro da agenda política. Desde os anos do pós-guerra a ênfase das políticas de governo focava o crescimento econômico, que resolveria de forma mais ou menos automática os problemas de pobreza e desigualdade através difusão de seus efeitos. Iniciativas estritamente focalizadas nos pobres, como a criação no Brasil do mecanismo de transferência de renda assistencial no âmbito da previdência social, a Renda Mensal Vitalícia (RMV), em 1974, foram excepcionais, especialmente para um país em vias de desenvolvimento. (ROCHA, 2013, p.7)

A partir de 1981, o Brasil passou a adotar um modelo de ajuste recessivo, cujo objetivo era reduzir absorção interna e gerar exportações. Para isso, os juros foram elevados para reduzir consumo interno e atrair capital estrangeiro. A década de 1980 ficou também conhecida como a *década perdida*. Hermann (2005) diz que de 1981 a 1983, o crescimento encolheu cerca de 2,2% ao ano em média. Rocha (2013) apresenta que o ritmo baixo e irregular de crescimento teve alguns efeitos devastadores, houve dificuldades na inserção produtiva, fato que impactou nas condições de vida dos pobres. A taxa de desemprego salta em 1979 de 2,8% para 4,3% em 1981 e com base nos dados do IBGE, a proporção de pobres aumenta de 39% para 47% da população neste período.

No biênio de 1983-84 a carga tributária foi elevada e os investimentos públicos cortados drasticamente. Também adotou-se a indexação da dívida pública que combinada com a alta inflação mantinha o déficit público nominal em crescimento. Para Hermann (2005) em 1984, o consumo e as importações perdem participação no PIB e as exportações tiveram grande peso para promover um crescimento de 5,4%. Mas, a inflação continuava acelerada e atingiu 224% em 1984. Iniciou-se então um conjunto de experiências malsucedidas para a estabilização da inflação. Durante o governo de José Sarney foram lançados três planos: Plano Cruzado (1986), Plano Bresser (1987) e Plano Verão (1989).

Após 20 anos de regime militar, em 1984 surgia o movimento “*Diretas Já*” que manifestava pelo direito de eleições diretas. Porém, a emenda não foi aprovada por falta de *quórum*, ainda assim, houve eleições indiretas para eleição de Tancredo Neves, mas com a sua morte, houve a nomeação de seu vice José Sarney. Com adoção do Plano Cruzado em 1986, foram tomadas as seguintes medidas: reforma monetária e congelamento de preços, desindexação da economia e mudanças na política salarial, todos os assalariados receberam um aumento de 8% e houve aumento de 16% para o salário mínimo. Segundo Castro (2005),

para que os trabalhadores não acumulassem perdas foi criado o “gatilho salarial” que concedia correção salarial sempre que a inflação atingisse 20%.

Com o controle temporário da inflação houve efeitos significativos sobre a taxa de pobreza que declinou onze pontos percentuais, de 35% em 1985 para 24% em 1986. Mas, em 1987 voltava a se elevar para cerca de 40% e com isso, o governo intensificou os reajustes salariais.

Apesar da implantação dos Planos de estabilização de 1986 a 1993, a taxa de pobreza manteve-se em torno de 41% como pode ser verificado no gráfico 3. Em 1988, o processo de democratização e promulgação da Constituição trouxe uma visão mais ampla dos direitos sociais, a universalização dos direitos à saúde e à educação, assim como a adoção do salário mínimo como piso dos benefícios previdenciários e assistenciais, inclusive da previdência rural não contributiva, o que foi determinante para afetar favoravelmente as condições de vida dos mais pobres a partir do período seguinte.

O ano de 1990 foi marcado pela posse do Presidente Fernando Collor que implantou políticas para intensificar a abertura econômica e as privatizações. Em Castro (2005) tem-se que nos governos de Collor e Itamar Franco foram privatizadas 33 empresas federais sendo os principais setores de siderurgia, petroquímica e fertilizantes. Os Planos Collor I e II tiveram como medidas: a criação de novos tributos e o sequestro de liquidez (bloqueio dos recursos da poupança). Diante dos escândalos políticos Collor renunciou e Itamar assumiu. Com isso, inicia-se a implantação de um novo Plano de estabilização que consistia em três fases: ajuste fiscal, criação da URV e finalmente regras de emissão e lastro da nova moeda (real).

Com a implantação do Plano Real em julho de 1994 houve uma drástica redução na proporção de pobres saindo de 41% em 1993 para 33,8% em 1995. A estabilidade de preços obtida contribuiu com a queda na proporção de pobres, pois os pobres são os mais vulneráveis a inflação. A renda real dobrou para as pessoas situadas no décimo mais baixo da distribuição de rendimentos, houve também um comportamento favorável dos preços alimentares que pesam na cesta de consumo, evolução dos rendimentos no setor de serviços (já que os pobres se concentram mais neste setor), câmbio sobrevalorizado e o uso de importações para controle dos preços. Todavia, após a queda na proporção de pobres entre 1993-1995, os indicadores se mantiveram em torno de 33% de 1996 a 2003.

Em 1995, Fernando Henrique Cardoso (FHC) assume a Presidência. O país temia a pressão inflacionária e passava por uma deterioração da balança de pagamentos. Havia dois indicadores que se agravavam: o desequilíbrio externo e uma crise fiscal. Baseado em Giambiagi (2005), entre 1995-97 as importações em dólar cresceram a uma taxa média de

21,8% a.a., enquanto que as exportações tiveram um aumento de apenas 6,8% a.a. Esses fenômenos eram resultado da apreciação cambial verificada nos primeiros meses do Plano Real, porém, o governo optou por manter o câmbio sobrevalorizado apesar do enfrentamento de uma situação externa mais difícil, face aos efeitos da desvalorização mexicana que fugiu do controle em 1995.

Para Rocha (2013) houve alguns fatores que contribuíram para que não ocorresse o agravamento da pobreza no período. A partir de 1996, com a correção do salário mínimo acima da inflação e adoção de uma política de valorização, recuperou-se o poder de compra. Como o salário mínimo é piso para os benefícios previdenciários e assistenciais previstos na Constituição, a valorização do salário mínimo levou ao aumento dessas transferências ao longo do tempo contribuindo para a redução da pobreza.

Para Giambiagi (2005), em 1997 ocorre a crise da Ásia e em 1998 da Rússia e, com isso, o Brasil foi afetado pela redução dos empréstimos que eram concedidos aos países emergentes. Em 1999, o país teve uma “troca de âncora”, com a adoção do sistema de metas de inflação. O tripé macroeconômico passou a ser o regime de metas de inflação, câmbio flutuante e austeridade fiscal. Houve diversas privatizações de empresas prestadoras de serviços públicos, principalmente nas áreas de telecomunicações e energia. Em 2001, com a crise energética e com atentado terrorista de 11 de setembro, diminui-se a entrada de capitais no país e há um abalo no mercado mundial e o desempenho do Brasil cai. O consumo das famílias que representava 3,6% cai para 0,9% do PIB.

Durante o governo de Fernando Henrique (1995 a 2002), surgem programas como Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Agente Jovem (criado em 2000), Bolsa Escola, Bolsa Alimentação (2001), Bolsa Renda, Auxílio-Gás (2001) que somavam juntos um gasto de 2,9 bilhões de reais por ano. A base para estes programas foram as iniciativas regionais. Apolinário (2012) diz que o Programa de Garantia de Renda Mínima Familiar (PGMRF) foi implantado em 1995 em Campinas, e que naquele mesmo ano houve a implantação do Programa Bolsa Escola do Distrito Federal. Foram programas que realizavam repasses monetários às famílias, porém exigia manter as crianças na escola. Com isso, a proporção de pobres no país ficou praticamente estável até o ano de 2003.

Em 2003, tem-se a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente que permanece no governo por dois mandatos até 2010. Segundo Giambiagi (2011), anteriormente a sua eleição, o país passa por uma crise de desconfiança associada à incerteza em torno do que ocorreria com a política do país e no final de setembro de 2002, a taxa de câmbio chega a R\$/3,89 US\$. Mas, passada a eleição, Lula deu continuidade ao regime de metas de inflação que

manteve-se dentro do intervalo definido. Com a redução gradual dos juros nominais e reais, tanto o consumo como o investimento foram estimulados permitindo uma expansão do PIB estimado em 3,8% em 2004. Ao mesmo tempo, houve queda das taxas de desemprego de 12% em 2002 para 7% em 2010. No campo externo, com o maior fluxo de investimentos estrangeiros no país houve uma acumulação de reservas e em 2008, o país reduz sua dívida externa líquida que se torna negativa. A balança comercial devido à alta no preço das *commodities* apresenta superávit.

Firpo e Reis (2007) defendem que o período de 2001 a 2005 foi marcado por um aumento significativo no valor do salário mínimo que saiu de R\$ 180,00 para R\$ 300,00 implicando em um aumento superior ao da inflação, e uma elevação do salário real em cerca de 16%. De acordo com suas pesquisas o salário mínimo teria contribuído com 36% da redução na desigualdade dos rendimentos do trabalho entre 2001 e 2005.

O estudo de Ramos (2007) observa que de 2001 a 2005 o grau de informalidade (isto é, trabalhadores sem carteira assinada) declinou, deixando 52,5 % em 2001 para 50,4%. No recorte por setores de atividade, o comércio e a agricultura foram os grandes destaques na diminuição.

Apolinário (2012) explicita que a grande causa do governo Lula no primeiro mandato era o fim da fome e os programas de transferência de renda foram alinhados para o alcance deste objetivo. Em 2004, o Bolsa Escola Nacional, o Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás, Cartão Alimentação e ações do Cadastro Único foram integrados no Programa Bolsa Família. Instituído pela Lei nº 10.836, o Programa tem os seguintes objetivos: combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional, combater a pobreza, promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, de educação e de assistência. O número de famílias atendidas passou de 6,57 milhões de famílias em 2004 para 12,78 milhões em 2010 sendo o critério para seleção das famílias a renda *per capita*.

Estudos de Rocha (2013) afirmam que quanto mais baixa a renda *per capita*, maior é a presença de crianças entre os pobres. A proporção de pobres entre crianças de até quatro anos, que era de 3,4 vezes mais elevada do que entre os idosos em 1999, passou a ser 6,8 vezes maior em 2008.

Em 2011, Dilma Rousseff é eleita presidenta e declara em seus discursos que sua luta mais obstinada seria a erradicação da pobreza extrema e criação de oportunidades para todos. Logo em seus primeiros meses de governo, algumas mudanças foram introduzidas no Programa Bolsa Família para que fossem tiradas especificamente famílias com crianças da situação de extrema pobreza. Aumentou-se o limite de benefícios variáveis de três para cinco

por família, visando beneficiar aquelas que têm crianças e em 2012, anuncia-se a redefinição da faixa etária das crianças para 0 a 15 anos para o recebimento do benefício visando à superação da extrema pobreza.

O benefício perdura até a atualidade e, em 2015, atende famílias pobres e extremamente pobres. Se a renda mensal *per capita* for entre R\$ 77,00 e R\$ 154,00, a família será considerada pobre e receberá um benefício variável (de R\$ 35,00 a R\$ 42,00) para cada criança, adolescente e gestantes e/ou nutrizes com limite de cinco. Se a renda mensal *per capita* for de até R\$ 77,00 a família é considerada extremamente pobre. Todavia, o benefício impõe uma série de condicionalidades, entre elas a frequência escolar de 85% da carga horária mensal do ano letivo. Com base no Relatório Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2015), no mês de abril de 2015, foram cerca de 13,7 milhões de famílias beneficiadas.

Outros indicadores são considerados na tabela 1. No Brasil, a taxa de analfabetismo sai de 16,4% em 1993 para 8,5% em 2013, o acesso ao esgoto tratado passa de 54% para 74% no mesmo período, todavia, este tipo de carência ainda é muito elevado e crítica entre os pobres.

Tabela 1 - Evolução de indicadores socioeconômicos selecionados para o Brasil e para Paraná

Indicadores	1993		2003		2011		2012		2013	
	Brasil	Paraná								
Taxa de analfabetismo (%)*	16,4	12,5	11,6	7,8	8,6	6,3	8,7	5,3	8,5	5,3
Taxa de desemprego (%)	6,8	5,4	10,5	8,1	7,3	5,0	6,7	4,9	7,1	4,5
Grau de informalidade (%)	57,2	54,6	57,4	51,3	47,5	41,4	47,1	41,0	46,4	39,4
Esgoto adequado (%)	54,0	42,0	66,0	64,0	75,0	75,0	76,0	79,0	74,0	78,0

* 15 anos e mais.

Fonte: Elaboração própria a partir de IPEADATA (2015).

Um dos grandes avanços no Paraná é a porcentagem de domicílios com instalação adequada de esgoto que deixou 1993 com 42% de acesso e em 2013 atingiu 78%. O acesso ao saneamento está relacionado à saúde preventiva, ou seja, quanto maior a adequação nos serviços sanitários menor é o número de doentes oriundos dessa vulnerabilidade.

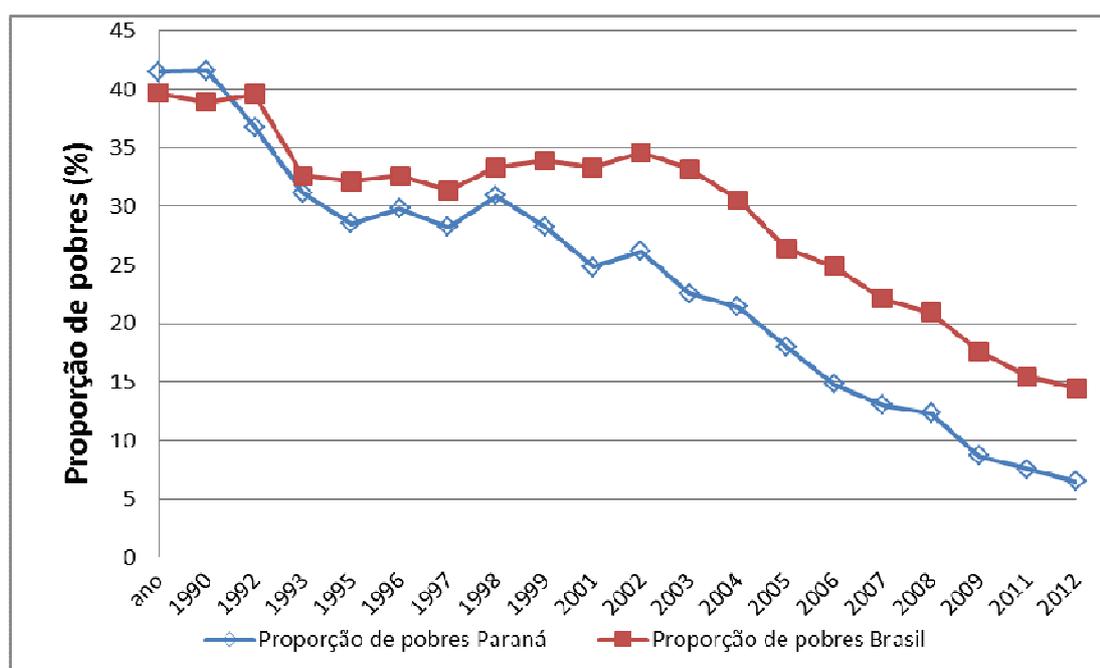
No Paraná, a taxa de desemprego caiu de 2003 para 2013, mas faz-se necessário verificar a forma de inserção no mercado de trabalho: se foram direcionadas para o setor formal ou acolhidas pelo informal. Conforme a tabela 1, o grau de informalidade reduziu 15 pontos percentuais neste período, portanto maior o número de trabalhadores com carteira

assinada. Albuquerque e Cunha (2012) já escreveram que o indicador relacionado ao trabalho reflete a estrutura do mercado nacional. Em sua pesquisa para o Paraná, 62,3% dos domicílios tinham empregados no setor informal ou ainda desempregados em 2005. Em 2009, esta proporção reduziu para 52%, contudo, ela ainda era preocupante, pois expressava a existência de indivíduos desamparados pelas políticas de seguridade social.

A taxa de analfabetismo cai 7 pontos percentuais no período de 1993 a 2013 no Paraná. Nazareno, C. Junior e Ignácio (2012) afirmaram em seu trabalho para o estado em questão, que 90% dos domicílios possuem chefes de família alfabetizados. Eles incluíram este indicador na construção do índice de vulnerabilidade, por defenderem que a falta de alfabetização compromete a qualificação para o trabalho e também a renda, pois a escolaridade é dita como fomentadora da renda *per capita* de uma região.

O desempenho da pobreza no estado do Paraná está formalizado no gráfico 4. A proporção de pobres (razão entre o número de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza e a população total) apresenta comportamento similar ao observado para o Brasil, porém é superior em oito pontos percentuais a situação paranaense nos dados mais recentes de 2013. Segundo esta abordagem unidimensional, entre 1990 e 2013, o estado reduziu a proporção de pobres em 34 pontos percentuais, deixando em 1990 o valor de 0,41 e atingindo 0,07 em 2013.

Gráfico 4- Proporção de pobres no Paraná e no Brasil de 1990 a 2013



Fonte: IPEADATA (2015) e IPARDES (2015). (Elaboração própria).

Silva, Borges e Parré (2013) utilizaram em sua análise como linha de pobreza o valor necessário para adquirir uma cesta alimentar adequada a um conjunto de necessidades básicas. Eles constataram que em 1992, a porcentagem de pobres no Brasil e no Paraná eram semelhantes, cerca de 46%. Em 2011, este último apresentava cerca de 10% de sua população na pobreza, enquanto que no Brasil a incidência de pobres representava o dobro deste valor, o que mostra o distanciamento da pobreza do país com o estado do Paraná ao longo do tempo.

3.2 Abordagem multidimensional e as evidências para o Brasil e Paraná

As abordagens citadas até aqui estão baseadas na renda, contudo, uma série de trabalhos discute a inclusão de aspectos sociais nas análises. Como argumenta Hoffmann (1998 apud KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006, p. 85):

Um problema dessa abordagem é que a renda é uma medida bastante imperfeita das condições de vida de uma pessoa (ou família), embora seja, nas economias de mercado, a melhor medida isolada dessas condições. Dado um certo nível de renda para uma família, as condições de saúde de seus membros, por exemplo, podem fazer com que ela esteja ou não em condições de pobreza. (...) Outro problema fundamental da obtenção das medidas de pobreza com base em dados sobre renda é a ausência de um critério claro para estabelecer a linha de pobreza, fazendo com que a escolha desse valor tenha muito de arbitrário.

Amartya Sen é um dos grandes expoentes nos estudos da pobreza sob enfoque da pobreza multidimensional e da privação das capacidades. Ele defende que a pobreza não deve ser meramente caracterizada como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação, mas deve-se levar em consideração a privação das capacidades.

Os argumentos que se mostram em favor da abordagem da pobreza como privação de capacidades são, a meu ver, os seguintes: 1) A pobreza pode sensatamente ser identificada em termos de privação de capacidades; a abordagem concentra-se em privações que são intrinsecamente importantes (em contraste com a renda baixa, que é importante apenas instrumentalmente); 2) existem outras influências sobre a privação de capacidades além do baixo nível de renda (a renda não é o único instrumento de geração de capacidades); 3) a relação instrumental entre baixa renda e baixa capacidade é variável entre comunidades e até mesmo entre famílias e indivíduos (o impacto da renda sobre as capacidades é contingente e condicional) (SEN, 2010, p.120 e 121).

No primeiro argumento, Sen (2010) considera que a relação entre renda e capacidade seria afetada pelo contraste entre grupos populacionais que são classificados segundo idade, sexo, localização e condições epidemiológicas. No segundo, ele diz que pode haver certo

acoplamento de desvantagens entre privação de renda e adversidade na conversão de renda em funcionamentos. As desvantagens como incapacidade ou doença podem reduzir o potencial do indivíduo para auferir renda e, para exemplificar Sen (2010) cita o caso de uma pessoa com problema de saúde que pode ter mais renda do que outra, mas ainda assim ela estará mal provida de meios econômicos, dado a sua privação. Já o terceiro argumento indica que mesmo dentro de uma família pode haver diferenças no grau de privação, isto é, a forma como a renda é preferencialmente distribuída entre os membros ou ainda nos casos de morbidez, subnutrição com a qual se deparam alguns indivíduos, gera privação ainda maior do que empregando apenas a análise baseada na renda.

Sen (2010) defende que a abordagem das capacidades desvia a atenção dos “meios” (meio específico que recebe atenção, isto é, a renda) para os “fins” que as pessoas buscam e para as liberdades de poder alcançar esses fins. O autor considera que as perspectivas do baixo nível de renda e das capacidades não podem estar desvinculadas, já que a renda é uma forma importante de obtenção de capacidades. Entretanto, é esperada uma relação na qual um aumento de capacidade conduza a um maior poder de auferir renda, e não o inverso.

Não ocorre apenas que digamos, melhor educação básica e serviços de saúde elevem diretamente a qualidade de vida; esses dois fatores também aumentam o potencial da pessoa auferir renda. Quanto mais inclusivo for o alcance da educação básica e dos serviços de saúde, maior será a probabilidade de que mesmo os potencialmente pobres tenham uma chance de superar a penúria (SEN, 2010, p. 124).

Sen (2008) aponta que a pobreza pode ser caracterizada tanto de forma descritiva quanto política. Na forma descritiva, a identificação da pobreza é um reconhecimento da privação. Já a forma política identifica a pobreza com a recomendação de que alguma atitude deve ser tomada. Diante disso, Sen argumenta que o primeiro passo consiste em diagnosticar a privação e determinar o que deve ser feito quando os meios estiverem disponíveis. Em seguida, escolher as políticas de acordo com os meios. A análise descritiva tem de ser anterior à escolha de políticas.

A abordagem de Sen baseada em capacidades pode ser contrastada com as demais que analisam a pobreza sob a concepção da insuficiência de renda.

Uma linha de pobreza que ignora completamente as características individuais não consegue fazer justiça às nossas verdadeiras preocupações sobre o básico na pobreza, a insuficiência de capacidade devida a meios econômicos inadequados.[...] Recursos são importantes para a liberdade, e a renda é crucial para evitar a pobreza. Mas se nosso interesse diz respeito à liberdade, não podemos tratar os recursos e a liberdade como sendo a mesma coisa. De forma semelhante, se nos interessamos pela insuficiência de certas capacidades mínimas devido a falta de meios econômicos, não podemos

identificar pobreza simplesmente com baixa renda, dissociada da conexão interpessoalmente variável entre renda e capacidade. (SEN, 2008, p. 175 e 176).

Segundo Sen (2008), o foco precisa estar na insuficiência das capacidades e não na renda *per capita*, onde a maioria das nações centram suas pesquisas. Se apenas a renda for focada no estudo, aspectos importantes da privação podem ser inteiramente perdidos, e é como se essa análise da pobreza contasse uma história pela metade. Ainda de acordo com Sen (2008), um estudo feito por McCord e Freeman (1990), indica que os homens do Harlem, próspera cidade de Nova York, têm menos chance de alcançar a idade de 40 anos ou mais do que os homens do Bangladesh. Este fato não se deve aos moradores do Harlem terem baixas rendas, mas o fato de estarem conectados a problemas na assistência à saúde, prevalência do crime urbano e outros fatores. Outro problema destacado é a fome nos EUA, em que os grupos mais pobres possuem rendas mais altas do que a classe média de muitos países.

A abordagem multidimensional defende que o nível de bem-estar dos indivíduos é determinado por um conjunto complexo de fatores sociais como as condições habitacionais, saneamento, educação, trabalho e demografia e não somente pela renda. Porém, foi somente com a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 1990 que as dimensões sociais da pobreza ganharam verdadeiro impulso³.

O IDH é sustentado por três pilares: saúde, educação e renda. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a saúde é mensurada pela expectativa de vida do país; a educação considera: i) média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos; e ii) a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, que é o número total de anos de escolaridade que uma criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber, e a renda é medida pela Renda Nacional Bruta (RNB) *per capita* expressa em paridade do poder de compra (PPP) em dólar.

Também em meados de 1990, a PNUD apresentou o Índice de Pobreza Humana (IPH). Nóbrega (2008) explica que o IPH reflete a privação humana quanto à sobrevivência, o conhecimento e o padrão de vida. O denominado IPH-1 é utilizado para análises nos países em desenvolvimento. Com relação ao primeiro aspecto, a privação é indicada pela porcentagem de pessoas com expectativa de vida inferior a 40 anos. No segundo, considera-se a porcentagem de adultos analfabetos e o terceiro é indicado por três fatores: porcentagem de

³ Conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o índice foi criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen.

peças sem acesso a serviços de saúde, sem água potável e crianças abaixo de cinco anos subnutridas. Já o IPH-2 foi criado para países desenvolvidos que possuem uma base de dados que proporciona o uso de outros indicadores. A longevidade é dada pela porcentagem de pessoas com expectativa de vida inferior a 60 anos, a educação é dada pela taxa de analfabetismo funcional de adultos e o padrão de vida representa a porcentagem de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza.

Contudo, no IDH 2010 foi introduzido o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). Segundo Costa e Costa (2014), o IPM vem sendo usado desde 2010 em substituição ao IPH, pois este último utiliza somente dados nacionais agregados. A metodologia do cálculo do IPM foi desenvolvida por Alkire e Foster. Para Costa e Costa (2014), há inicialmente uma contagem para identificar a porcentagem de pobres e não pobres. Em seguida é feito um ajuste que reflete a amplitude, a profundidade e a severidade da pobreza multidimensional. Os indicadores considerados pelo IPM são: educação, saúde e padrões de vida (como por exemplo, acesso à água potável, energia elétrica e sanitário adequados).

De acordo com estudo técnico do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) de 2014, o IPM abrange 104 países e possui categorias de classificação para a pobreza, que podem ser: severamente, moderadamente, vulneráveis e os transientes. Os severamente pobres constituem parte da população que é simultaneamente pobre (ao considerar somente a renda) e multidimensionalmente pobres. Os moderadamente pobres constituem aqueles acima da linha da extrema pobreza (apesar de ainda pobres por renda), porém, ainda em uma situação de vulnerabilidade quando consideradas as privações. Os vulneráveis por escassez, apesar de já se encontrarem em uma boa situação quanto à renda, são considerados multidimensionalmente pobres. Há ainda os pobres transientes (isto é, com maior probabilidade de superação da pobreza) que são assim considerados levando em consideração a renda e não multidimensionalmente pobres. As categorias estão sumarizadas no quadro 1.

Quadro 1 - Categorias de classificação da pobreza segundo IPM

	Pobreza unidimensional (renda)	Pobreza multidimensional
Severamente pobres	SIM	SIM
Moderadamente pobres	Acima da linha extrema pobreza	SIM
Vulneráveis	Acima da linha de pobreza	SIM
Transientes	SIM	NÃO

Fonte: Elaboração própria.

3.2.1 Evidências da pobreza multidimensional

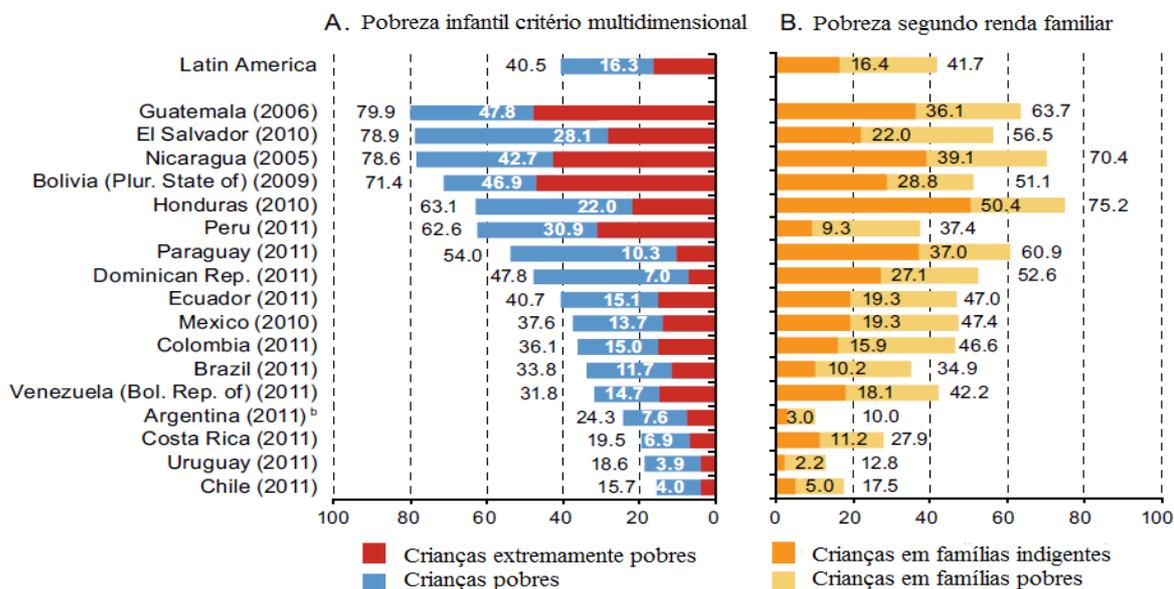
A temática da pobreza sob o enfoque multidimensional foi aplicada em trabalhos internacionais, entre eles, o *Social Panorama of Latin America* desenvolvido pela CEPAL (2013), e trabalhos nacionais como: Comim e Bagolin (2002), Barros, Carvalho e Franco (2003), Barros, Carvalho e Franco (2006), Kageyama e Hoffmann (2006), Nóbrega (2008), Silva (2009), Ottoneli et al. (2011), Franzon (2014), Costa e Costa (2014), MDS (2014), Lopes (2015). Para o estado do Paraná tem-se os seguintes trabalhos: Albuquerque e Cunha (2012), Nazareno, C. Junior e Ignácio (2012) e Giovanetti e Raiher (2015).

Segundo a CEPAL (2013), iniciaram-se nos anos 1990 estudos referentes à “infantilização” da pobreza na América Latina. Em 2011, um total de 40,5% das crianças e adolescentes vivia na pobreza, isso representava cerca de 70,5 milhões de crianças (abaixo dos dezoito anos de idade) e 16,3% viviam na extrema pobreza nos países da América Latina. Entre 2000 e 2011, todos os países latino-americanos apresentaram um declínio da porcentagem de crianças pobres. A pesquisa analisou a pobreza considerando a quantidade de privações enfrentadas como: acesso ao saneamento básico, acesso à água potável, qualidade da moradia, envolvimento no sistema educacional, acesso a informação e uma boa nutrição.

No gráfico 5 pode-se verificar a incidência da pobreza nos diversos países pesquisados segundo dois critérios. O primeiro considera a pobreza de acordo com os critérios multidimensionais. Já o segundo apresenta dados conforme o rendimento familiar. No Brasil em 2011, 11,7% das crianças eram consideradas pobres e cerca de 22,1% eram consideradas extremamente pobres. Países como Guatemala, El Salvador, Nicarágua, Peru e Bolívia apresentaram os níveis mais altos. Por outro lado, o Chile obteve o menor índice de toda América Latina.

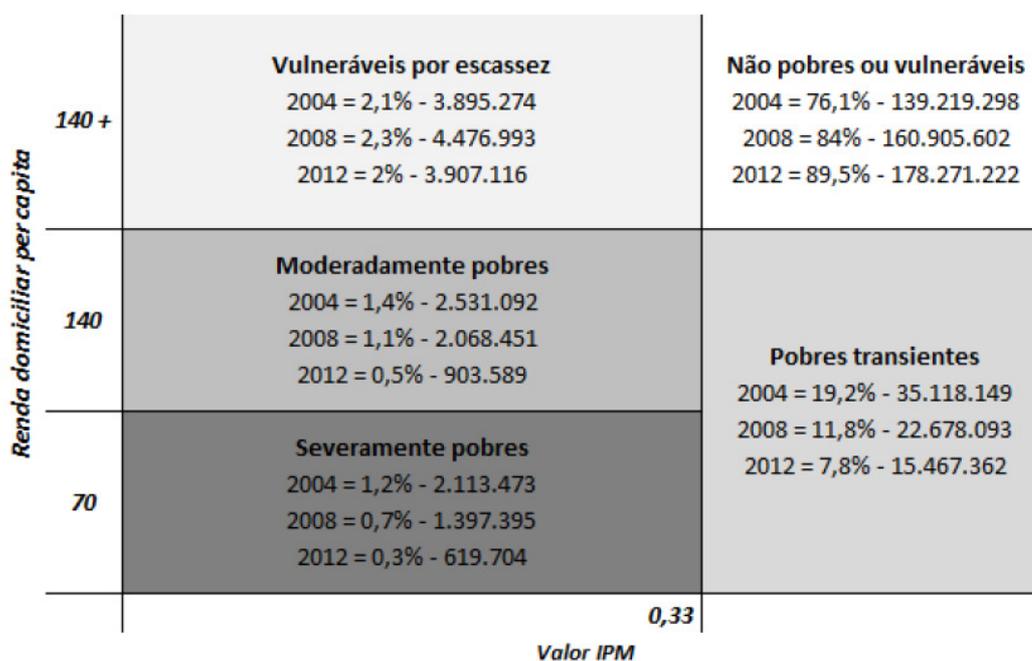
O MDS (2014) calculou o Índice de Pobreza Multidimensional para o Brasil e considerou como recorte da renda *per capita* para 2012 o valor adotado para a pobreza e extrema pobreza, R\$ 74,00 e R\$ 148,00 respectivamente. Considerou-se oito dimensões, tais como: anos de escolaridade, frequência a escola das crianças, mortalidade infantil, eletricidade, saneamento, água, combustível para cozinhar e bens. O percentual de indivíduos com 33% ou mais de privações nestas dimensões teve um decréscimo no período dos anos de 2004 e 2012. Como pode ser analisado no gráfico 6, as categorias de pobreza: vulneráveis por escassez, moderadamente pobres, severamente pobres e os transientes apresentam declínio no período em análise.

Gráfico 5 - América Latina: incidência da pobreza extrema e pobreza total, e crianças em famílias pobres e indigentes em 2011 (Em porcentagem)



Fonte: CEPAL (2013) tradução própria.

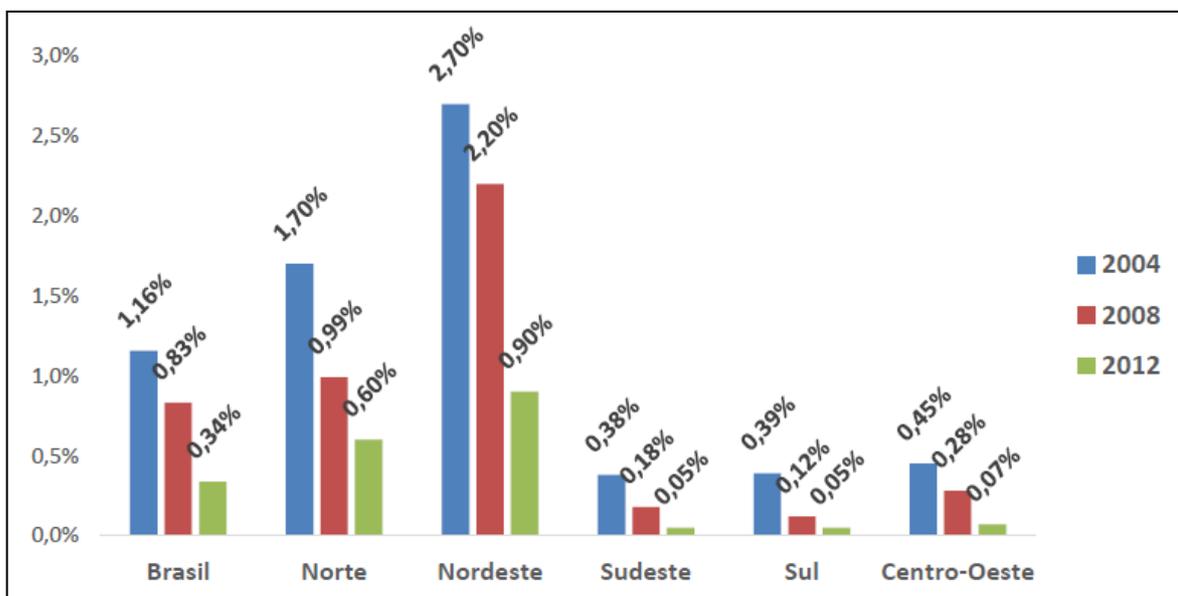
Gráfico 6- Pobreza multidimensional conforme a combinação de recortes de renda *per capita* familiar e privações de bens e serviços – Brasil, 2004, 2008 e 2012



Fonte: MDS (2014).

Ao analisar a distribuição da pobreza nas regiões brasileiras tem-se o gráfico 7, em que estão os severamente pobres, isto é, com renda *per capita* até R\$ 70,00 e privações em 3 ou mais dimensões. Pode-se notar uma queda consistente na porcentagem de pobres em todas as regiões brasileiras. No período em análise, a região Nordeste tem uma queda de 67% nos severamente pobres deixando os 2,7% da população em 2004 para 0,90% em 2012, também em destaque a região Sul com 87% de redução da pobreza no período. Com o recebimento de maiores rendimentos e de benefícios como o Bolsa Família, as famílias deixam a situação de pobreza severa e recaem sobre os moderadamente pobres e os vulneráveis por escassez. Ou seja, continuam com privações, mas com uma renda *per capita* mais alta.

Gráfico 7 - Pobreza multidimensional segundo a combinação de recortes de renda *per capita* familiar e privações de bens e serviços, segundo grandes regiões- Brasil, 2004, 2008 e 2012



Fonte: MDS (2014).

Nota: Pobreza severa (renda *per capita* familiar até 70 reais e privações em três ou mais dimensões)

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2014, o Brasil obteve um índice de pobreza multidimensional (IPM) em 2012 de 0,012 com uma intensidade de privação de 40,8%, ou seja, aproximadamente 1,2% da população brasileira é considerada multidimensionalmente pobre. Se compararmos com o ano de 2006 esta porcentagem era de 1,7% e chegava a 41,4% de privação. Assim, a pobreza pode ser vista como privação das capacidades básicas ao invés de meramente como baixo nível de renda.

Em seu trabalho Kageyama e Hoffmann (2006) analisam a pobreza no Brasil entre 1994 a 2004 sob o enfoque multidimensional. Os autores escolheram três indicadores não

monetários: água canalizada, banheiro e energia elétrica e também estabeleceram a linha de pobreza de R\$ 150,00 (correspondente a meio salário mínimo de maio de 2005). Foram consideradas três situações: não pobre (possui pelo menos dois equipamentos e renda domiciliar *per capita* acima do valor), pobre tipo I (cujo domicílio possui pelo menos um dos equipamentos e possua renda menor que a estabelecida) e pobre tipo II (vivendo em domicílio com menos de dois equipamentos e com renda superior ao meio salário mínimo).

Com base na linha de pobreza de meio salário mínimo, em 2004, havia 62 milhões de pobres no Brasil. A categoria pobre II e extrema pobreza apresentaram as maiores quedas. De 1990 a 2004, houve uma melhoria nas condições de infraestrutura, que foi responsável pela redução da pobreza. A pesquisa confirmou que o Nordeste, de 1992 a 2004, aumentou sua participação em todos os tipos de pobreza, concentrando 47% dos pobres tipo I, 70% dos pobres tipo II e 85% da extrema pobreza. Diante das análises, observa-se que entre 1995 e 2004 houve no Brasil um crescimento pró-pobre (crescimento acompanhado da redução da pobreza), para as áreas rurais e urbanas em que o crescimento da renda média foi maior do que o crescimento da média de toda a população.

Costa e Costa (2014) desenvolvem um índice de pobreza multidimensional para o estado de Minas Gerais. Baseado na metodologia de Alkire e Foster (2007), o IPM de Minas Gerais tomou como base de dados a Pesquisa por Amostra de Domicílios (PNAD) e desenvolvida pela Fundação João Pinheiro no ano de 2011. As dimensões escolhidas foram educação, saúde e padrões de vida. Para a identificação dos indivíduos pobres, as pessoas precisam possuir privação em pelo menos 30% dos indicadores. Em Minas Gerais, cerca de 15% da população reside em domicílio privado em pelo menos 30% dos indicadores selecionados. Diante das diversas regiões, a de Jequitinhonha/Mucuri (25,29%) e a Norte (24,14%) superaram a média do estado. Considerando a intensidade das privações, os indivíduos pobres são privados em média em 36,82% dos indicadores, isso significa que eles possuem privações em mais de uma dimensão, já que cada dimensão representa 30% do total. O IPM obtido foi de 0,0557 (ou 5,57%). Em relação aos subgrupos, os negros e pardos apresentaram os maiores índices de pobreza. A faixa etária mais atingida foi de 61 anos ou mais e os homens tiveram IPM superior às mulheres. Com a decomposição do índice, obteve-se que a privação em escolaridade com 41,65% é a que mais contribui para o IPM do estado.

Silva (2009) calculou o índice multidimensional para toda região Nordeste baseado na PNAD dos anos de 1995, 1999, 2002 e 2006. Estes anos constituem o início dos mandatos de Fernando Henrique Cardoso em 1995, e de Luiz Inácio Lula da Silva que assumiu o governo em 2002. O indicador multidimensional baseou-se em seis dimensões: características

domiciliares, condições sanitárias, educação, condições de trabalho, razão de dependência e pobreza monetária. Em 1995, era 49,59% a proporção de pobres em todo o nordeste. Maranhão liderou com 61,73%. Em 1999, a proporção nordestina ficou em 50,41% de pobres. Em 2002, houve pouca mudança e 50,38% ainda era a proporção de pobres. Já em 2006, este índice cai para 48,28%. Foi efetuada uma comparação entre a análise multidimensional e a unidimensional de cada estado, e verificou-se que em determinados casos o indicador multidimensional era mais acentuado do que a dimensão da renda, por englobar diversas outras dimensões.

Barros, Carvalho e Franco (2003) explicam a necessidade de se ter um indicador para análise do desenvolvimento social de um país. O trabalho demonstra que a ideia de se construir um indicador social é antiga e ganhou impulso com a criação do IDH. Os autores propõem a construção do Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) que varia entre 0 (para as famílias em pior situação possível) e 1 (para as famílias na melhor situação possível). De acordo com sua pesquisa, o nível de desenvolvimento das famílias nordestinas encontrava-se 9 pontos percentuais abaixo da média brasileira e 14 pontos percentuais abaixo da região sudeste. O desempenho das famílias com idosos era pior do que aquelas com crianças no Brasil.

Com relação aos avanços no índice multidimensional apresentam-se algumas críticas. Soares (2009, p.14), por exemplo, argumenta que índices multidimensionais não fazem sentido por quê:

Primeiro, embora não haja dúvida de que todas as variáveis citadas se referem a necessidades que podem ser identificadas como básicas, outras poderiam também estar na lista. Não há um conjunto de critérios a orientar o que é uma variável que se refere a algo que realmente é uma necessidade. Na maioria dos casos, as variáveis são aquelas facilmente coletadas em pesquisas domiciliares. (...) todos os problemas de escolhas de variáveis, pesos e uma linha de corte dependem de julgamentos de valor bastante arbitrários.

Para Barros, Carvalho e Franco (2006) decifrar as ordenações e escolhas pessoais da sociedade consiste em uma das importantes missões do cientista social, mas não é algo completamente resolvido e, com isso, as dimensões, indicadores e pesos estão abertos para serem debatidos e redefinidos pela sociedade. O trabalho faz uma análise com base na PNAD de 1993 a 2003 e constata que os grupos mais pobres são caracterizados por famílias negras chefiadas por pessoas com até quatro anos de estudo, vivendo nas áreas rurais da região Nordeste, e o chefe em geral não se encontra ocupado e quando ocupado se encontra no setor informal. Pode-se averiguar o grau multidimensional de pobreza das dez famílias mais pobres

e constatou-se que o grau alcançado varia de 74% a 79%, enquanto que a média nacional é de 25%.

Lopes (2015) propõe em sua dissertação o desenvolvimento de um índice de pobreza multidimensional para os municípios da Região Norte ou, Índice de Pobreza Humana Municipal da Região Norte. Mantiveram-se para isso três dimensões: sobrevivência, educação e padrão de vida e foi aplicado para os anos 2000 e 2010. Nesse período todos os estados do Norte reduziram sua incidência e o estado do Tocantins foi o que mais reduziu com valor de 20%. Foi aplicado o índice no nível municipal para obter-se um panorama mais amplo e diversificado da região. Dentre os municípios com piores índices de pobreza humana dez estão no Pará, cinco no Amazonas e cinco no Acre. Em média, todos os 449 municípios reduziram a incidência de pobreza humana entre 2000 e 2010 em 17,28%. Uiramutã, localizado no estado de Roraima foi o único município que aumentou seu índice de pobreza devido à dimensão educação ter retrocedido, isto é, o percentual de pessoas que não concluiu quatro anos de estudo teve um leve aumento e as pequenas melhoras na dimensão saúde e padrão de vida não foram suficientes.

Comim e Bagolin (2002) apresentam uma análise da pobreza para o estado do Rio Grande do Sul. Na dimensão unidimensional, a pobreza no estado afeta mais as mulheres, está mais concentrada no espaço rural e depende do tipo de atividade e contrato de trabalho a que as pessoas estão sujeitas, os mais pobres encontram emprego dentro do setor agrícola e muitos são apenas temporários. Na dimensão multidimensional, a pobreza é afetada pelo acesso à justiça, ao saneamento básico e a mortalidade infantil nos municípios. No trabalho, a diminuição da pobreza monetária não é condição suficiente para a satisfação de alguns funcionamentos como, por exemplo: saneamento básico.

Otonelli et al. (2011) discute a importância das medidas multidimensionais para a administração pública e fazem uma análise para Palmeira das Missões, Rio Grande do Sul (RS). As autoras defendem que através dos indicadores multidimensionais é possível identificar as dimensões em que a população é mais privada e focar nas políticas que melhor atendam e supram as necessidades. Baseado nos trabalhos de Barros (2003) e Santos (2007), considera-se os dados do programa estadual Primeira Infância Melhor (PIM), que visa o desenvolvimento infantil de crianças de zero a seis anos. Diante dessa fonte de informações, optou-se por trabalhar com 100 mulheres que participaram do programa e com uma pesquisa de campo obtiveram respostas a 93 indicadores e consideraram 12 dimensões. Essas mulheres residem em três bairros diferentes: Área Verde, Seis de Maio e Santa Catarina. As maiores limitações estão em “ter disponibilidade de recursos” com índice de 0,35 e “ter acesso ao

conhecimento” com 0,42; em que valores mais próximos de zero estão em pior situação e mais próximos de um estão em melhor situação. A dimensão com maior valor é “ter bom relacionamento”, pois cerca de 85% afirmam que possuem. Para os autores, a pobreza é um fenômeno multiface e muitas vezes as pessoas são pobres pela insuficiência de outros fatores como exemplo; a maior incidência de criminalidade que incide como limitação na dimensão “ter filhos protegidos”.

Franzon (2014) averigua a ocorrência de pobreza rural na microrregião de Frederico Westphalen, Rio Grande do Sul. A microrregião é composta por 27 municípios e cerca de 47% mora na área rural. Foram utilizados os dados do Censo Demográfico de 2010 e do Atlas de Desenvolvimento Humano de 2000 e 2010. Considerando o indicador unidimensional tem-se que a renda *per capita* no RS em 2010 era de R\$ 959,24 enquanto que a da microrregião em estudo era de R\$ 659,08, sendo que mais da metade dos municípios possuíam renda inferior a da microrregião. Se considerado como linha de pobreza dois salários mínimos, cerca de 87% da população é pobre. Na análise multidimensional em 2010, a mortalidade infantil atingia 13,5% da população da região de Frederico Westphalen, e a alfabetização era de 90,4% da população e 76% dos municípios possuem abastecimento de água. Ao observar o IDHM (que considera assim como o IDH: longevidade, renda e educação), a dimensão que impacta positivamente a microrregião é a longevidade.

No Paraná, Albuquerque e Cunha (2012) analisa a pobreza multidimensional, de 1995 a 2009. A partir das informações da PNAD considerou-se seis dimensões: condições habitacionais, saneamento, educação, trabalho, renda e demografia. Com base nestas informações foi construído um indicador com variação entre 0 (para aqueles domicílios sem qualquer traço de pobreza) e 1 (para os domicílios absolutamente pobres). Os resultados revelaram que houve uma significativa redução de pobres na população paranaense, de 27,9% em 1995, e 20,4% em 2009. A dimensão condições habitacionais se mostrou significativa em 1995, em que 24,1% dos domicílios eram construídos com materiais não permanentes e em 2009 esse indicador foi reduzido para 13,6%. Os programas como “Casa da Família”, “Vila Rural” e “Direito de Morar” são exemplos de ações que contribuíram para a diminuição das vulnerabilidades no estado. Em relação à dimensão saneamento em 1995, 66% dos domicílios no Paraná não possuíam esgotamento sanitário adequado, e 21,6% dos domicílios eram desprovidos de coleta de lixo. Em 2009, as variáveis apresentaram os valores de 33,7% e 9,2%, respectivamente.

Em Nóbrega (2008) é feita uma análise unidimensional e multidimensional para os estados do Paraná e Sergipe, com base no censo de 2000. O autor fez esta escolha por

considerar que são estados com situações econômicas bem distintas. Com base na análise unidimensional, em 2000 cerca de 16% dos domicílios residiam pessoas pobres, sendo a região de Cerro Azul a líder do estado com 58,4% de domicílios pobres. Em Sergipe este valor era de 42% e a microrregião de Aracaju com 28,9%. Sob o aspecto multidimensional foi calculado o IPH-M (Índice de Pobreza Humana), que considera a probabilidade de morrer antes dos 40 anos, a porcentagem de pessoas com 25 anos ou mais que são analfabetas e a porcentagem de crianças falecidas até cinco anos de idade. Este índice varia de zero a cem.

Para o estado do Paraná o índice é 13,7 para o Sergipe chega a 30,4. O trabalho traz ainda uma análise geográfica da pobreza, baseado na análise da linha de pobreza, e conclui que existem *clusters* de municípios com maiores percentuais de pobreza ao norte e ao sul de Curitiba e também ao centro do estado. Em Sergipe, o *cluster* de maior percentual de pobreza fica na microrregião do Sertão do São Francisco.

O trabalho de Giovanetti e Raiher (2015) traz uma análise da pobreza multidimensional para os municípios do estado do Paraná, em 2010. Os dados foram coletados do IBGE e do IPARDES e um indicador foi construído por meio do método *Fuzzy*. Quanto mais próximo de um, o município tende a estar mais próximo da pobreza e quanto mais próximo de zero, o município tende a estar mais afastado da pobreza. Diante dos resultados e por meio da análise espacial obteve-se que a concentração da pobreza está no centro sul do estado, abrangendo algumas cidades ao entorno de Guarapuava estendendo-se até a região do centro sul. O maior índice foi para cidade de Laranjal com 0,72 e o menor para Curitiba com 0,09 de vulnerabilidade. Constatou-se que os municípios mais voltados para o setor primário são os mais pobres. A cidade de Londrina obteve índice de 0,13. Com a análise econométrica, verificou-se que o aumento em 1% no PIB tende a diminuir em 0,03% o índice da pobreza nos municípios.

Ainda com relação ao Paraná, o IPARDES juntamente com a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (SEDS) desenvolveram o Índice de Vulnerabilidades das Famílias (IVF/PR) para elencar as famílias mais prioritárias ao Programa Família Paranaense. O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) é a base de dados utilizada. Nazareno, C. Junior e Ignácio (2012) escrevem uma nota técnica do IPARDES com relação ao índice e explicam que este é formado por 19 indicadores e distribuídos em quatro dimensões que são: adequação do domicílio, perfil e composição familiar, acesso ao trabalho e a renda e condições de escolaridade. As famílias uniparentais representam 49,3% da base e a dimensão escolaridade retrata o baixo grau de instrução dos adultos nas famílias, uma vez que

em 88,3% das famílias pelo menos um adulto não concluiu nem mesmo o ensino fundamental.

Os diversos trabalhos sob enfoque multidimensional aqui relatados fizeram uso de uma metodologia específica para que as dimensões selecionadas pudessem ser mensuradas e analisadas. Diante disso, no próximo capítulo têm-se a escolha e definição das dimensões consideradas para a análise multidimensional do Paraná e da Região Sul e também a construção do Índice de Desenvolvimento das Famílias (IDF) e sua análise.

4 A POBREZA MULTIDIMENSIONAL: DESENVOLVIMENTO DAS FAMÍLIAS NO PARANÁ

Este capítulo tem como objetivo apresentar a metodologia para a construção do Índice de Desenvolvimento das Famílias (IDF) e desenvolvê-lo para o Paraná e para Região Sul para os anos de 2003 e 2013, a partir do banco de dados de Souza e Devidé Junior (2015).

4.1 Metodologia da construção do Índice de Desenvolvimento das Famílias (IDF)

Nesta seção descreve-se a metodologia empregada para análise da pobreza multidimensional no Paraná 2003 e 2013 e agrega-se os dados para a região sul do Brasil, para contextualização e comparação das informações. A partir de Barros, Carvalho e Franco (2003) e das adaptações de Oliveira (2014), Souza; Devidé Junior (2015) criaram e disponibilizaram o banco de informações sobre o Índice de Desenvolvimento das Famílias (IDF) utilizado neste trabalho.

Os dados utilizados são da PNAD 2003 e 2013. A PNAD é realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e obtém informações anuais sobre características demográficas e socioeconômicas da população como: idade, sexo, educação, trabalho, rendimento, fecundidade, migração, nupcialidade entre outros temas.

O IDF está dividido em sete dimensões de pobreza: i) ausência de vulnerabilidade domiciliar; ii) acesso ao conhecimento; iii) acesso ao trabalho; iv) disponibilidade de recurso; v) desenvolvimento infantil; vi) condições habitacionais e vii) consumo de bens duráveis. Cada uma das dimensões consideradas envolve componentes e cada componente compõe-se de indicadores, como pode ser observado no Quadro 2. O IDF varia entre zero (para domicílios absolutamente pobres) e 1 (para domicílios sem traços de pobreza).

Em Oliveira (2014) e Barros, Carvalho e Franco (2003) há explicação para cada uma das dimensões adotadas. A primeira dimensão, ausência de vulnerabilidade, representa o montante de recursos necessários para que uma família satisfaça suas necessidades básicas. Se houver crianças, gestantes e/ou idosos a vulnerabilidade da família aumenta, já que o volume de recursos para suprir a todos será ainda maior. A presença da mãe na família, por exemplo, reduz a vulnerabilidade familiar, pois as crianças recebem mais proteção e cuidados relacionados à saúde e educação.

A dimensão relativa ao acesso ao conhecimento é uma das formas com que as famílias podem satisfazer suas necessidades, e é constituída com a análise de três componentes: o analfabetismo, a escolaridade formal e a qualificação profissional.

Quadro 2 - Definição dos componentes e variáveis do IDF

Componentes	Variáveis
Dimensão 1: Ausência de Vulnerabilidade	
Fecundidade	V1. Nenhuma mulher teve filho nascido vivo no último ano V2. Nenhuma mulher teve filho nascido vivo nos últimos dois anos
Atenção e cuidados especiais com crianças adolescentes e jovens	V3. Ausência de criança V4. Ausência de criança ou adolescente V5. Ausência de criança, adolescente ou jovem
Atenção e cuidados especiais com idosos	V6. Ausência de idoso
Dependência econômica	V7. Presença de cônjuge V8. Mais da metade dos membros encontra-se em idade ativa
Presença da mãe	V9. Não existe criança no domicílio cuja mãe tenha morrido V10. Não existe criança no domicílio que não viva com a mãe
Dimensão 2: Acesso ao Conhecimento	
Analfabetismo	E1. Ausência de adulto analfabeto E2. Ausência de adulto analfabeto funcional
Escolaridade	E3. Presença de pelo menos um adulto com fundamental completo E4. Presença de pelo menos um adulto com ensino médio completo E5. Presença de pelo menos em adulto com alguma educação superior
Qualificação profissional	E6. Presença de pelo menos um trabalhador com qualificação média ou alta
Dimensão 3: Acesso ao Trabalho	
Disponibilidade de trabalho	T1. Mais da metade dos membros em idade ativa encontra-se ocupada T2. Presença de pelo menos um trabalhador há mais de seis meses no trabalho atual
Qualidade do posto de trabalho	T3. Presença de pelo menos um ocupado no setor formal T4. Presença de pelo menos um ocupado em atividade não agrícola
Remuneração	T5. Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 1 salário mínimo T6. Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 2 salários mínimos
Dimensão 4: Disponibilidade de Recursos	
Extrema pobreza	R1. Renda familiar <i>per capita</i> superior à linha de extrema pobreza
Pobreza	R2. Renda familiar <i>per capita</i> superior à linha de pobreza
Capacidade de geração de renda	R3. Maior parte da renda familiar não advém de transferências
Dimensão 5: Desenvolvimento Infantil	
Trabalho precoce	D1. Ausência de criança com menos de 14 anos trabalhando D2. Ausência de criança com menos de 16 anos trabalhando
Acesso a escola	D3. Ausência de criança até 6 anos fora da escola D4. Ausência de criança de 7-14 anos fora da escola D5. Ausência de criança de 7-17 anos fora da escola
Progresso escolar	D6. Ausência de criança de até 14 anos com mais de 2 anos de atraso D7. Ausência de adolescente de 10 a 14 anos analfabeto D8. Ausência de jovem de 15 a 17 anos analfabeto
Dimensão 6: Condições Habitacionais	
Propriedade	H1. Domicílio próprio H2. Domicílio próprio ou cedido
Déficit habitacional	H3. Densidade de até dois moradores por dormitório
Abrigabilidade	H4. Material de construção permanente
Acesso a abastecimento de água	H5. Acesso adequado à água
Acesso à energia elétrica	H6. Acesso à eletricidade
Acesso a saneamento	H7. Esgotamento sanitário adequado H8. Presença de banheiro no domicílio ou na propriedade H9. Uso do banheiro ou sanitário é destinado exclusivamente ao domicílio
Acesso à coleta de lixo	H10. Lixo é coletado
Dimensão 7: Consumo de bens duráveis	
Acesso a fogão	C1. O domicílio possui fogão
Acesso à geladeira	C2. o domicílio possui geladeira

Fonte: Oliveira (2014).

Outro aspecto é o acesso ao trabalho que representa a oportunidade que um indivíduo possui de utilizar sua capacidade produtiva, uma forma de utilização de seus meios almejando um melhor desenvolvimento das famílias. Inserem-se neste os indicadores de disponibilidade de trabalho, qualidade do posto de trabalho e remuneração.

A disponibilidade de recursos representa uma das questões fundamentais para suprir as necessidades básicas e refere-se aos domicílios que encontram-se acima da linha de pobreza e de extrema pobreza. É considerado pobre o indivíduo que possui renda familiar *per capita* igual ou inferior a meio salário mínimo (que em 2003 era de R\$ 84,00 e em 2013 tinha-se R\$ 339,00). É extremamente pobre o indivíduo que possui renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a um quarto do salário mínimo (em 2003 com valor de R\$ 42,00 e 2013 com R\$ 169,50). No Brasil, ela é uma dimensão muito explorada individualmente na literatura sobre pobreza unidimensional.

O desenvolvimento infantil é uma dimensão avaliada porque é um objetivo social para garantir às crianças oportunidades para seu completo desenvolvimento. Seus indicadores são: trabalho precoce, acesso a escola e progresso escolar.

As condições habitacionais, sexta dimensão explorada nesta pesquisa, apresentam relação com as condições de saúde por possuir entre os indicadores: o acesso ao abastecimento de água e energia elétrica, à coleta de lixo e ao saneamento. Também fazem parte da análise: a propriedade, o déficit habitacional e a abrigabilidade. A sétima dimensão refere-se ao consumo de bens duráveis como fogão e geladeira, pois são relevantes quando se refere à alimentação.

Neste trabalho são consideradas crianças na idade de 0 a 9 anos; crianças e adolescentes de 0 a 17 anos; criança, adolescente e jovem de 0 a 24 anos e idosos com idade de 60 anos ou mais. Cônjuge se refere a pessoa que vive conjugalmente com a pessoa de referência da unidade familiar, em que pode existir vínculo matrimonial ou não. Pessoas em idade ativa são aquelas com 10 anos de idade ou mais. Os adultos são indivíduos entre 25 e 59 anos de idade.

O indicador sintético multidimensional de pobreza, ou Índice de Desenvolvimento das Famílias, é representado como:

$$S = \frac{1}{7} \sum_{K=1}^7 \left(\frac{1}{m_k} \sum_{j=1}^{mk} \left(\frac{1}{n_{jk}} \sum_{i=1}^{nj} B_{jki} \right) \right)$$

em que B_{jki} diz respeito ao i -ésimo indicador básico do j -ésimo componente da k -ésima dimensão, m_k o número de componentes da k -ésima dimensão, n_{jk} a quantidade de indicadores do j -ésimo componente da k -ésima dimensão. O indicador de cada componente S_{jk} é a média aritmética dos indicadores. Da mesma forma, o indicador de cada dimensão S_k é a média aritmética dos seus componentes. O indicador sintético global S é a média aritmética dos indicadores sintéticos das sete dimensões que o compõem.

4.2 Resultados da pesquisa e interpretações

Nesta pesquisa para o Paraná utilizou-se 5.760 observações que expandidas representaram 2.979.860 de domicílios em 2003. Em 2013, o número de domicílios observados sobe para 6.460, com representação de 3.738.211 de domicílios paranaenses. Adicionalmente, foram utilizadas 18.355 observações, que expandidas representaram 8.013.635 domicílios da Região Sul no ano de 2003, e 19.571 observações que representaram 10.002.240 domicílios em 2013. A tabela 2 resume os resultados dos indicadores multidimensionais encontrados para o Paraná e para a região Sul, obtidos conforme a metodologia explicitada.

A análise geral dos dados aponta que o IDF tanto do Paraná quanto da Região Sul apresentou melhora de um ponto percentual, deixando 2003 com 0,76 e alcançando 0,77 em 2013, isto significa menos privações das famílias, menor pobreza nas regiões tratadas.

Na literatura empírica revisada neste trabalho, Albuquerque e Cunha (2012) em sua discussão sobre a pobreza multidimensional no Paraná também obteve indicadores para o ano de 1995 e 2009 e nesse período verificou-se uma tendência de queda.

Dados do IPEADATA (2015) baseados na renda *per capita* mensal indicam também que, o Paraná em 2012 possuía 223.814 domicílios pobres e este número reduziu para 198.825 em 2013, uma queda de mais de 11%. A Região Sul deixa 559.880 em 2012 e atinge 516.915 domicílios.

Analisando mais detalhadamente a tabela 2, observa-se que o grau de desenvolvimento das famílias do Paraná não apresenta diferenças significativas em relação à Região a que pertence. Tem-se que o acesso ao conhecimento e o acesso ao trabalho são os piores indicadores da pobreza paranaense em 2013, com valores de 0,27 e 0,63 respectivamente. Isto denota que 73% dos domicílios paranaenses não possuem acesso ao conhecimento adequado e que 37% são privados do acesso ao trabalho. Em 2003 eram justamente as mesmas dimensões cujos indicadores contribuíam negativamente com o IDF.

Nazareno, C. Junior, Ignácio (2012) já afirmavam em 2012 que o acesso ao trabalho para o Paraná constituía um dos indicadores mais vulneráveis em análise; menos da metade dos adultos (17 a 65 anos de idade) estava trabalhando. As condições de escolaridade revelavam que pelo menos 88,3% das famílias possuía pelo menos um adulto que não concluiu o ensino fundamental, e os anos do ensino básico, educação infantil e pré-escola apresentavam dificuldades em manter crianças e adolescentes para a sua conclusão.

Tabela 2 –Indicadores multidimensionais da pobreza no Paraná e na Região Sul, 2003 e 2013

Descrição	Paraná				Região Sul			
	2003	2013	Varição (p.p)	Varição (%)	2003	2013	Varição (p.p)	Varição (%)
IDF	0.76	0.77	1	2.44	0.76	0.77	1	2.12
Dimensão 1: Ausência de Vulnerabilidade	0.79	0.81	2	2.43	0.79	0.80	1	2.02
Fecundidade	0.94	0.97	3	2.81	0.95	0.97	2	2.49
Atenção e cuidados especiais com crianças adolescentes e jovens	0.43	0.54	11	20.85	0.45	0.56	11	20.44
Atenção e cuidados especiais com idosos	0.77	0.72	-5	-6.59	0.75	0.69	-6	-8.35
Dependência econômica	0.81	0.81	0	-0.07	0.81	0.81	0	-0.65
Presença da mãe	0.99	0.99	0	0.56	0.99	0.99	0	0.46
Dimensão 2: Acesso ao Conhecimento	0.28	0.27	-1	-2.69	0.26	0.26	0	-1.11
Analfabetismo	0.20	0.20	0	-0.65	0.20	0.21	1	4.80
Escolaridade	0.29	0.26	-3	-10.01	0.27	0.24	-3	-10.76
Qualificação profissional	0.34	0.35	1	1.63	0.31	0.32	1	2.18
Dimensão 3: Acesso ao Trabalho	0.61	0.63	2	2.42	0.61	0.62	1	1.10
Disponibilidade de trabalho	0.63	0.67	4	5.12	0.64	0.67	3	3.43
Qualidade do posto de trabalho	0.61	0.64	3	5.60	0.58	0.62	4	6.32
Remuneração	0.60	0.58	-2	-4.21	0.60	0.56	-4	-7.43
Dimensão 4: Disponibilidade de Recursos	0.91	0.93	2	1.44	0.92	0.93	1	0.49
Extrema pobreza	0.94	0.96	2	2.12	0.95	0.97	2	1.36
Pobreza	0.82	0.88	6	6.13	0.85	0.89	4	4.36
Capacidade de geração de renda	0.97	0.94	-3	-3.65	0.97	0.93	-4	-4.10
Dimensão 5: Desenvolvimento Infantil	0.83	0.87	4	4.76	0.83	0.87	4	4.59
Trabalho precoce	0.97	0.99	2	2.00	0.97	0.99	2	2.40
Acesso a escola	0.69	0.75	6	7.87	0.71	0.76	5	7.41
Progresso escolar	0.82	0.86	4	5.22	0.83	0.87	4	4.62
Dimensão 6: Condições Habitacionais	0.91	0.93	2	2.30	0.92	0.94	2	2.76
Propriedade	0.79	0.77	-2	-3.21	0.81	0.81	0	-0.18
Déficit habitacional	0.84	0.92	8	8.21	0.86	0.92	6	7.22
Abriabilidade	0.99	0.99	0	0.49	0.99	0.99	0	0.58
Acesso a abastecimento de água	1.00	1.00	0	-0.03	0.99	1.00	1	0.53
Acesso à energia elétrica	0.99	1.00	1	1.14	0.99	1.00	-1	1.21
Acesso a saneamento	0.89	0.93	4	3.55	0.91	0.94	3	2.86
Acesso à coleta de lixo	0.89	0.94	5	5.41	0.87	0.93	6	7.14
Dimensão 7: Consumo de bens duráveis	0.96	0.99	3	2.85	0.97	0.99	2	2.41
Acesso a fogão	0.99	0.99	0	0.48	0.99	0.99	1	0.26
Acesso à geladeira	0.94	0.99	5	5.23	0.95	0.99	0	4.58

Fonte: Elaboração própria a partir de Souza; Devidé Jr. (2015).

Por outro lado, contribuíram positivamente para o desenvolvimento obtido em 2013: a ausência de vulnerabilidade familiar que alcança 81% dos domicílios, a disponibilidade de recursos que abrange 93% dos domicílios, o desenvolvimento infantil com 87% de adequação

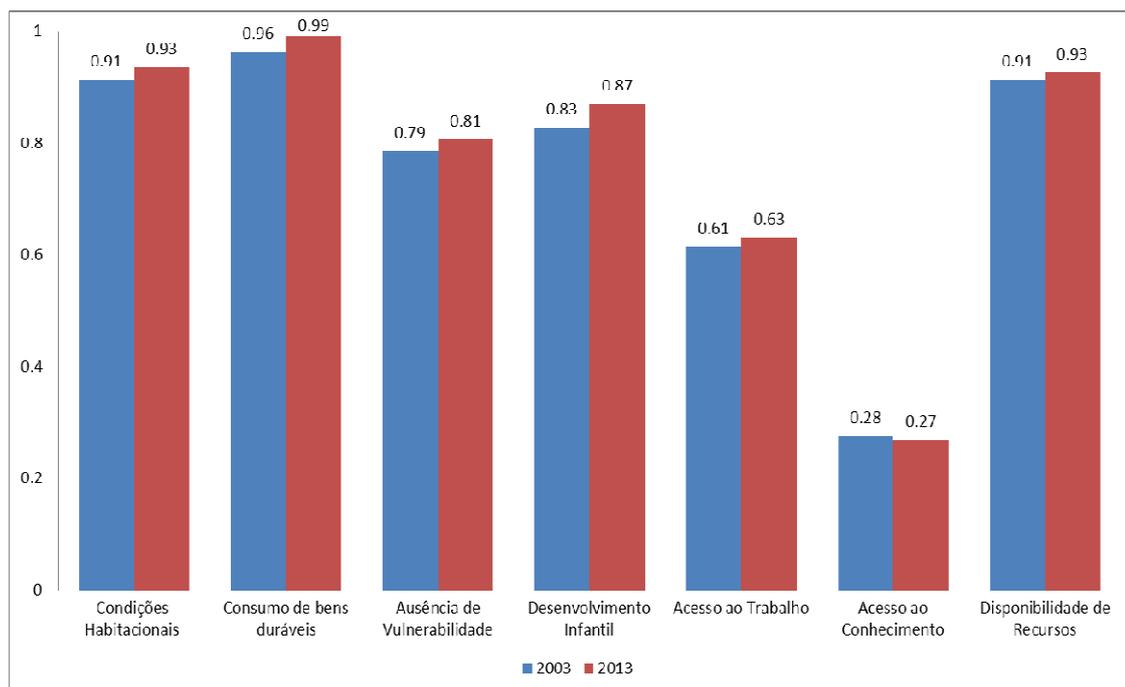
para a garantia de oportunidades, as condições habitacionais com 93% e que sinalizam maior acesso as condições de saúde e saneamento e a posse de bens duráveis que alcançou 99% dos domicílios.

Para a Região Sul as mesmas dimensões pesam negativamente para o valor atingido, ou seja, o acesso ao conhecimento e o acesso ao trabalho que em 2013 representavam limitação de acesso de 74% e de 38% dos domicílios, respectivamente. As demais dimensões obtiveram avanços e se aproximaram do grau 1, isto representa um distanciamento dos traços de pobreza.

Destaca-se que a dimensão disponibilidade de recursos apresenta valor de 0,93 para o Paraná e também para a Região Sul em 2013. Entende-se que os domicílios em estudo estão muito próximos do grau um, o que representa menores traços de pobreza. No entanto, o IDF permite verificar que não é exatamente isso que ocorre. Como visto no capítulo 3, Amartya Sen defende que a pobreza não pode ser caracterizada somente pelo baixo nível de renda, mas deve-se considerar, sobretudo, a privação das capacidades e o que impede as pessoas de buscar e alcançar a sua liberdade.

Diante disso, ao se incorporar os aspectos sociais, como exemplo, as outras seis dimensões elencadas, o foco é verificar onde está o problema, qual componente está limitando a capacidade dos cidadãos de escolherem e viverem bem, e o que precisa ser feito. O indicador de 0,77 tanto para o Paraná quanto para a Região Sul revela que há dimensões em que a população é mais privada e necessita de políticas públicas para melhor suprir as necessidades.

A desagregação das dimensões do índice de desenvolvimento familiar permite categorizar a análise das sete dimensões: no primeiro grupo, mais favorável às condições de vida da população paranaense, estão incluídas as dimensões relativas às condições habitacionais e o acesso aos bens duráveis de consumo. O segundo grupo reúne os aspectos da ausência de vulnerabilidades e o desenvolvimento infantil. O terceiro grupo contempla os problemas detectados nas dimensões do acesso ao trabalho e o acesso ao conhecimento, porque comprometeram o avanço na qualidade de vida das famílias. Por último, no quarto grupo, isola-se a dimensão da disponibilidade de recursos para revelar a sua relevância como indicador unidimensional e a sua contribuição para os resultados da pobreza multidimensional. O Gráfico 8 ilustra a evolução de cada uma das sete dimensões para o Paraná em 2003 e 2013.

Gráfico 8- Indicadores multidimensionais da pobreza no Paraná em 2003 e 2013

Fonte: Elaboração própria.

O primeiro grupo de análise evidencia o aspecto das “condições habitacionais” que, representa as condições de vida das famílias, pois os domicílios com melhores condições de moradia estão mais distantes dos traços de pobreza e vulnerabilidades. Podem ser avaliados os componentes: propriedade, déficit habitacional, abrigabilidade, acesso a abastecimento de água, acesso à energia elétrica, acesso a saneamento e acesso à coleta de lixo. Os índices para o Paraná em 2003 e 2013 foram de 0,91 e 0,93, respectivamente. Os componentes que tiveram maior impacto nesse resultado foi o déficit habitacional que melhorou 8 p.p., o acesso a coleta de lixo com aumento de 5 p.p. e também o acesso ao saneamento que era de 89% em 2003 e alcançou 93% em 2013. Para a região Sul, o acesso à coleta de lixo alcançou em 2013 o valor de 93%. Mas, a propriedade do domicílio apresentou declínio no seu índice e isto deve-se a diminuição de domicílio próprio ou cedido (ver apêndice).

O trabalho de Albuquerque e Cunha (2012) já atestava que 28,5% dos domicílios não eram próprios em 2009 e que o componente abrigabilidade de 1995 e 2009 apresentara melhora, que foi conduzida por programas como: Casa da Família, Vila Rural e Direito de Morar. O Portal Brasil (2015) revela que desde a criação do Programa Minha Casa Minha Vida (programa do governo Federal que visa subsidiar a aquisição da casa própria) em março de 2009, já foram entregues 2,4 milhões de unidades habitacionais. No estado do Paraná

foram entregues 216.964 unidades habitacionais o que contribui com a queda nas vulnerabilidades das famílias.

Em relação ao consumo de bens duráveis como fogão e geladeira, os dados desta pesquisa mostram que já em 2003 no Paraná, 98,8% dos domicílios tinham fogão e na região Sul este valor era ainda maior cerca de 99,2%. O componente com maior impacto no Paraná foi a posse de geladeira com incremento de 5 p.p. entre os anos de 2003 e 2013, o que representa uma melhora no bem estar das famílias e uma expansão de suas capacidades e liberdades.

Para Braga, Abrantes e Ferreira (2010), a crise de 2008 levou o Estado brasileiro a adotar medidas expansionistas e uma delas foi a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nos produtos da linha branca, a geladeira obteve desoneração de 10% e o fogão de 5%.

No segundo grupo das dimensões que colaboram para o desenvolvimento das famílias, tem-se a dimensão “ausência de vulnerabilidade” que expressa o volume de recursos requeridos por uma família para satisfazer suas necessidades básicas. A presença de idosos, gestantes, crianças, adolescentes e jovens aumenta a vulnerabilidade das famílias devido às despesas adicionais com cuidados médicos, alimentação, segurança entre outros fatores. Para o Paraná, o indicador que era de 0,79 em 2003 passa para 0,81 em 2013 apresentando uma melhora de dois pontos percentuais. Isto significa dizer que 81% dos domicílios paranaenses estão livres das vulnerabilidades elencadas. Os componentes considerados foram: fecundidade, atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens, atenção aos idosos, dependência econômica e presença da mãe.

Entre esses componentes, a maior contribuição para o aumento do indicador foi a atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens que deixou em 2003 o valor de 0,43 e atingiu 0,54 em 2013 para o Paraná, e isto deve-se à redução da presença de crianças ou adolescentes nas famílias (ver apêndice). Apesar da melhoria, o componente do IDF que relaciona aos cuidados das crianças, adolescentes e jovens é um dos problemas detectados. Os dados mostram quem em 2013, 46% das famílias tinha vulnerabilidade nesse aspecto e em 71% delas havia presença de crianças, adolescentes e jovens. (ver apêndice).

Estudos de Rocha (2013) afirmam que quanto mais baixa a renda *per capita*, maior é a presença de crianças entre os pobres. A proporção de pobres entre crianças de até quatro anos, que era de 3,4 vezes mais elevada do que entre os idosos em 1999, passou a ser 6,8 vezes maior em 2008 e isto configura um agravante para o desenvolvimento das famílias.

Na tabela 2 nota-se uma redução no número de mulheres com filhos nos últimos dois anos, que pode ser explicado pelo novo perfil da mulher no país que alcançou maior participação no mercado de trabalho. Não obstante, a atenção e cuidados especiais com idosos apareceu como agravante aos valores obtidos. A presença de idosos aumentou de 23% em 2003 para 28% em 2013 nas famílias paranaenses, e isto provocou um aumento das vulnerabilidades (ver apêndice). Os indicadores para dependência econômica e presença da mãe não apresentaram variações significativas nos anos analisados.

A dimensão do “desenvolvimento infantil” preocupa-se em garantir oportunidades para o pleno desenvolvimento das crianças. Conta com três componentes para uma análise mais aprofundada, que são: trabalho precoce, acesso à escola e progresso escolar. O indicador para o Paraná avançou 4 p.p. saiu de 0,83 em 2003 para 0,87 em 2013. Destacam-se o aumento da participação das crianças na escola e a diminuição do trabalho precoce. O estado do Paraná apresentou resultado mais expressivo, com aumento de 0,69 em 2003 para 0,75 em 2013, isto significa que 75% das crianças e adolescentes frequentam a escola. O indicador de trabalho infantil na região Sul apresentou o mesmo resultado para o Paraná, o indicador que representava 3% de crianças trabalhando em 2003, reduziu-se para 1% em 2013.

Nazareno, C. Junior e Ignácio (2012) defenderam em seu trabalho que 1,7 % das famílias paranaenses em 2012 tinham pelo menos uma criança trabalhando e que isto além de apontar para a violação de direitos humanos, também pode indicar uma provável dificuldade de obtenção de renda pelos adultos, o que implica na intervenção específica através de políticas de assistência social. O Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil (PETI) tem como objetivo retirar crianças e adolescentes de 7 a 14 anos de idade do trabalho perigoso, penoso, insalubre ou degradante. Para tanto, a família recebe uma bolsa mensal e as crianças e adolescentes devem ir para a escola e em outro período participar de uma jornada ampliada com atividades culturais, artísticas, esportivas e de lazer. O PETI assim como o Bolsa Família tem sido decisivos para afastar crianças do trabalho infantil. No Brasil, a saída de crianças e adolescentes do trabalho infantil atingiu 58,1% enquanto que a média mundial foi de 36% considerando o período de 2001 e 2013 (PORTAL BRASIL, 2015).

A terceira categoria para a análise, como mencionado, trata das dificuldades enfrentadas pela população paranaenses na obtenção de melhores condições de vida e refere-se, primeiramente, ao “acesso ao trabalho”, que representa a oportunidade que uma pessoa tem de utilizar sua capacidade produtiva e aplicar os conhecimentos obtidos. O resultado é positivo para o Paraná, que abandonou 0,61 em 2003 e obteve 0,63 em 2013, o que significa que 39% em 2003 e 37% em 2013 tiveram dificuldade no mercado de trabalho. Os

componentes abrangidos foram: disponibilidade de trabalho, qualidade do posto de trabalho e remuneração.

O fator de maior impacto positivo para obtenção deste valor foi a disponibilidade de trabalho que deixou 0,63 em 2003 e alcançou 0,67 em 2013 para o Paraná, isto decorre do aumento no número de pessoas ocupadas nos domicílios. Apesar da melhora na qualidade dos postos de trabalho, que representa uma maior formalização das pessoas ocupadas, em 2013 essa variável tinha 49% dos domicílios na informalidade. No Paraná, o componente qualidade do posto de trabalho obteve aumento de 3 p.p. e a região Sul um aumento de 4 p.p. Todavia, a remuneração foi a responsável por certo agravamento no indicador, pois apresentou variação negativa, o componente que era de 0,60 em 2003 passa a 0,58 que foi influenciado pela presença de menos pessoas com rendimento superior a 2 salários mínimos (ver apêndice).

O “acesso ao conhecimento” indica a dimensão mais problemática no Estado do Paraná, pois constitui-se em um dos meios que a família tem para satisfazer suas necessidades. No Paraná, 72% dos domicílios em 2003 não possuía acesso ao conhecimento e em 2013 este valor chega a 73%, o que compromete o desenvolvimento das famílias. Os componentes utilizados nesta análise foram: analfabetismo, escolaridade e qualificação profissional.

Com relação ao analfabetismo não ocorreram grandes avanços no Paraná, contudo, a região Sul aumentou em um ponto percentual seu indicador. A escolaridade tanto no estado quanto na região teve uma redução de 3 p.p., devido a participação de menos adultos em educação superior e chegou a 26% dos domicílios paranaenses em 2013 (ver apêndice). A qualificação profissional destacou-se no Paraná deixando o valor de 0,34 em 2003 para 0,35 em 2013, superando assim os resultados encontrados para a região Sul que possuía 0,32 em 2013.

Outra pesquisa, realizada por Albuquerque e Cunha (2012), reconhecia a existência de deficiências para a escolaridade dos adultos no Paraná. Em 1995, eram 83% dos domicílios cujos adultos não possuíam ensino fundamental, médio e/ou superior. Em 2009, este resultado caiu 12,5%. Uma de suas explicações é a fraca política educacional empregada e a interrupção dos estudos para buscar a própria sobrevivência das famílias.

Ao final, é importante evidenciar as informações sobre a “disponibilidade de recursos”, que considera a renda *per capita* para classificação dos pobres e extremamente pobres. Esta quarta categoria de análise indica uma posição muito favorável ao desenvolvimento das famílias no Paraná e, realmente, o recurso financeiro permite que grande parte das necessidades básicas de uma família seja suprida, porém, como já visto, não pode

ser a única variável considerada. Os resultados apontam que “disponibilidade de recursos” tem resultados próximos para o Paraná e para a região Sul: um indicador de 0,91 em 2003 para 0,93 em 2013.

Além disso, examinam-se ainda como componentes: a extrema pobreza, a pobreza e a capacidade de geração de renda. A pobreza no Paraná alcançava cerca de 18% dos domicílios em 2003 e em 2013 passa a abranger 12%, uma diminuição de 6 p.p. Quanto à capacidade de gerar renda, a região Sul apresenta valor de 0,97 em 2003 e 0,93 em 2013, isto é, a parte da renda familiar que advém de transferências aumentou de 3% para 7% no período em análise.

A revisão da literatura registra que Oliveira (2014) obteve para a região Nordeste um indicador de pobreza no valor de 0,41 para 2012, ou seja, 41% dos domicílios nordestinos são considerados pobres considerando somente a dimensão renda.

5 CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi analisar as evidências da pobreza no estado do Paraná em 2003 e 2013. Nessa região os trabalhos científicos são raros e o período em análise representou um verdadeiro ponto de inflexão para as taxas de pobreza e extrema pobreza, isto é, uma queda em todo o país. Para esta análise, utilizou-se a abordagem multidimensional e construiu-se o Índice de Desenvolvimento das Famílias com base nas PNADs de 2003 e 2013.

A pesquisa bibliográfica mostra que a gênese dos estudos sobre pobreza data de 1886 com Charles Booth, que realiza os primeiros estudos empíricos para pobreza em Londres, por meio de questionário sobre condições de trabalho, moradia e ambiente urbano das pessoas da cidade. Posteriormente, o nutricionista Benjamin Rowntree fez uma investigação detalhada sobre condições sociais e econômicas e estabeleceu uma linha de pobreza ao estimar gastos mínimos com alimentação, aluguéis e demais despesas. A partir desse momento, diversos outros estudos surgem e apresentam métodos científicos para melhor identificar os pobres e extremamente pobres.

Desenvolvem-se também as definições de pobreza absoluta (é ter menos do que um mínimo definido), pobreza relativa (que é ter menos do que os outros na sociedade) e pobreza subjetiva (que representa o que o indivíduo sente que é suficiente para prosseguir). Baseadas em cada uma dessas definições, constroem-se as linhas de pobreza para mensurar o número de indivíduos que abaixo da linha, são considerados pobres. Com a revisão de literatura efetuada, obtém-se informações sobre a necessidade de utilizá-las, as vantagens e desvantagens de cada definição, assim como as evidências para os estados da federação e para o Brasil.

A literatura teórica ainda classifica a pobreza segundo a abordagem unidimensional e multidimensional. A unidimensional considera para a análise unicamente a renda *per capita*, que pode ser em dólares por dia, em múltiplos do salário mínimo ou em valores de cesta de consumo. No Brasil, a predominância é desta última vertente. Mas, como discutido no capítulo 3, Amartya Sen, um dos grandes expoentes nos estudos da pobreza, defende que a pobreza não deve ser caracterizada pelo nível de renda das pessoas, deve-se considerar a privação de suas capacitações. Dessa forma, fatores sociais precisam ser considerados.

Diante dessa ampliação de conceitos e formulações, em 1990 desenvolve-se o cálculo do IDH incluindo dimensões sociais da pobreza, isto é, concedendo maior espaço a abordagem multidimensional. No mesmo ano expõe-se o IPH (Índice de Pobreza Humana) e em 2010, foi introduzido o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM).

Desse modo, a abordagem multidimensional sustenta esta pesquisa e, com base nos trabalhos de Barros, Carvalho e Franco (2003) e das adaptações de Oliveira (2014) e do banco de informações de Souza; Devidé Junior (2015), desenvolveu-se o Índice de Desenvolvimento das Famílias (IDF) a partir da PNADs de 2003 e 2013. Ele abrange sete dimensões que são: i) ausência de vulnerabilidade domiciliar; ii) acesso ao conhecimento; iii) acesso ao trabalho; iv) disponibilidade de recurso; v) desenvolvimento infantil; vi) condições habitacionais e vii) consumo de bens duráveis. Cada uma das dimensões consideradas envolve componentes e cada componente compõe-se de indicadores.

Do ponto de vista essencialmente da renda, o indicador de 0,93 para disponibilidade de recursos evidencia que o Paraná está distante das vulnerabilidades para as famílias. No entanto, através da análise multidimensional tem-se uma análise mais abrangente. O IDF com valor de 0,77 revela que há dimensões que precisam ser alvo de políticas públicas para que um verdadeiro desenvolvimento melhore o bem-estar dos paranaenses e de todos da Região Sul.

De forma geral, o IDF tanto do Paraná quanto da Região Sul apresentou melhora de um ponto percentual, deixando 2003 com 0,76 e alcançando 0,77 em 2013, isto significa menos vulnerabilidades para as famílias, fato que a literatura empírica confirma, ou seja, a redução da pobreza no Estado. Através de uma análise mais detalhada, tem-se que as dimensões: ausência de vulnerabilidades, a disponibilidade de recursos, o desenvolvimento infantil, as condições habitacionais e o consumo de bens duráveis contribuíram positivamente com o índice obtido.

Entretanto, o acesso ao conhecimento e o acesso ao trabalho são os piores indicadores da pobreza paranaense em 2013, com valores de 0,27 e 0,63, respectivamente. Isto significa que 73% dos domicílios paranaenses não possuem acesso ao conhecimento adequado e que 37% são privados do acesso ao trabalho. Dessa forma, ações direcionadas para esses dois elementos precisam ocorrer para que assim se potencialize o bem-estar das famílias paranaenses e se reduza as privações das capacidades.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. R.; CUNHA, M. S. Uma análise da pobreza sob o enfoque multidimensional no Paraná. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 38, n. 3, p.45-64, 2012.

ALMEIDA, A. N.; FREITAS, R. E. **Renda e despesa familiar no Brasil segundo a pesquisa de orçamentos familiares (POF) 2002-2003**. Brasília, DF: IPEA, 2006. 47 p. (Texto para discussão, n. 1235).

APOLINÁRIO, V. C. D. **Pobreza e programas de transferência condicionada de renda: os casos do Brasil e do México**. 2012. 148 f. Dissertação (Doutorado em Economia) - Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

BARROS, R. P. DE; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. 29 p. (Texto para discussão n. 800).

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. **O Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)**. Rio de Janeiro: IPEA, 2003. 25 p. (Texto para Discussão, n. 986).

_____. **Pobreza multidimensional no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. 40 p. (Texto para discussão, n.1227).

BRAGA, G. B.; ABRANTES, L. A.; FERREIRA, M. A. M. Impactos da desoneração do IPI nos indicadores de rentabilidade no setor de siderurgia e mineração. In: ENANGRAD, 21; 2010, Brasília. **Anais eletrônicos...**Brasília: UFV, 2010. Disponível em: <<http://www.emapegs.ufv.br/docs/Artigo15.pdf>>. Acesso em: 16 de set. 2015.

CANO, W. **Uma agenda nacional para o desenvolvimento**. Campinas: UNICAMP, 2013. 39 p. (Texto para discussão, n. 183).

CASTRO, L. V. Esperança, frustração e aprendizado: a história da Nova República (1995-1989). In: GIAMBIAGI, F. **Economia Brasileira Contemporânea**. 2. ed. São Paulo: Elsevier, 2005. p. 116-140.

CODES, A. L. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa**. Brasília, DF: IPEA, 2008. 33 p. (Texto para discussão, n. 1332).

COMIM, F.; BAGOLIN, I. P. Aspectos quantitativos da pobreza no Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.23, n. especial, p. 01-24, 2002.

COSTA, M.; COSTA, B. Concepções de pobreza e operacionalização do índice de pobreza multidimensional para Minas Gerais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO, 7; 2014, Cachoeira. **Anais...** Bahia: [s.n.], 2014. p. 1-20.

FIRPO, S.; REIS, M. C. **O salário mínimo e a recente queda da desigualdade de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2007. 8 p.

FRANZON, N. S. **Pobreza rural no Rio Grande do Sul**: um estudo sobre a microrregião de Frederico Westphalen. 2014. 56 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

GIAMBIAGI, F. Estabilização, reformas e desequilíbrios macroeconômicos: Os anos FHC (1995-2002). In: GIAMBIAGI, F. et al. (org). **Economia Brasileira Contemporânea**. 2. ed. São Paulo: Elsevier, 2005. p. 166-195.

GIAMBIAGI, F. Rompendo com a ruptura: O governo Lula. In: GIAMBIAGI, F. et al. (org). **Economia Brasileira Contemporânea**. 2. ed. São Paulo: Elsevier, 2011. p.198-266.

GIOVANETTI, A. E.; RAIHER, A. P. Uma análise multidimensional da pobreza nos municípios paranaenses em 2010. **Revista de Estudos Sociais**, Mato Grosso, v.17, n. 33, p.228-248, 2015.

HERMAN, J. Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: O II PND e a crise da dívida externa (1974-1984). In: GIAMBIAGI, F. et al. (org). **Economia Brasileira Contemporânea**. 2. ed. São Paulo: Elsevier, 2005. p. 93-115.

HOBBSBAWN, E. **A Era do capital 1848-1875**. 10 ed. São Paulo: Paz e terra, 2004.

INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRABALHO E SOCIEDADE. **Linhas de Pobreza calculadas a partir da POF 2008/2009 ajustada pela variação dos INPC regionais**. Disponível em: < <http://www.iets.org.br/busca?q=LINHAS+DE+POBREZA> >. Acesso em: 15 mar. 2014.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Famílias pobres no Paraná**. Curitiba, 2003. 61 p.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **População do Paraná, 2003**. Disponível em:< <http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php> >. Acesso em: 13 fev. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Dois décadas de desigualdade e pobreza no Brasil medidas pela PNAD/IBGE**. Rio de Janeiro, 2013. 47 p. (Comunicado do IPEA, n. 159).

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. IPEADATA. **Número de pessoas pobres para Brasil**. Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br/> >. Acesso em: 13 fev. 2015.

_____. **Número de pessoas pobres no Paraná**. Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br/> >. Acesso em: 13 fev. 2015.

_____. **Coefficiente de Gini para o Brasil**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

_____. **Esgoto adequado para Brasil e Paraná**. Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br/> >. Acesso em: 25 mar. 2015.

_____. **Taxa de analfabetismo para Brasil e Paraná.** Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br/> >. Acesso em: 25 mar. 2015.

_____. **Taxa de desemprego para Brasil e Paraná.** Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br/> >. Acesso em: 25 mar. 2015.

_____. **Número de domicílios pobres no Paraná.** Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br/> >. Acesso em: 28 jun. 2015.

_____. **Grau de informalidade no Brasil e no Paraná.** Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br/> >. Acesso em: 25 mar. 2015.

_____. **Esgoto adequado.** Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br/> >. Acesso em: 25 mar. 2015.

JACCOUD, L. **Pobres, pobreza e cidadania:** os desafios recentes da proteção social. Rio de Janeiro, IPEA: 2009. 32 p. (Texto para discussão, n. 1372).

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 15, n.1, p. 79-112, jun. 2006.

KERSTENETZKY, C. L. **Progresso e pobreza na Economia Política Clássica.** Rio de Janeiro: UFF, 2005. 19 p. (Texto para discussão, n. 184).

KERSTENETZKY, C. L. **Pobreza como privação de liberdade.** Rio de Janeiro: UFF, 2007. 32 p. (Texto para discussão, n. 223).

LOPES, J. G. D. **Pobreza multidimensional:** uma aplicação à região Norte do Brasil. 2015. 62 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) - Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

LOUREIRO, A. O. F.; SULIANO, D. C. **As principais linhas de pobreza utilizadas no Brasil.** Ceará, CE: IPECE, 2009. 12 p. (Nota técnica, n.38).

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Relatórios de informações sociais:** Bolsa família e Cadastro Único. Disponível em: < <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio.php#Benefícios> >. Acesso em: 26 fev. 2015.

NAZARENO, L. R.; C. JUNIOR, P.; IGNÁCIO, S. A. **Índice de vulnerabilidade das famílias paranaenses:** mensuração a partir do Cadastro Único para programas sociais. Curitiba, PR: IPARDES, 2012. 35 p. (Nota técnica).

NÓBREGA, W. **Mapeamentos da pobreza sob critérios unidimensional e multidimensional para os estados do Paraná e Sergipe.** 2008. 273 f. Dissertação (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2008.

NUNES, R. Instituições e teoria do pensamento econômico das primeiras décadas do século XIX. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 31. , 2003, Porto Seguro. **Anais**

eletrônicos...Porto Seguro: UFB, 2003. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2003/artigos/A15.pdf>>. Acesso em: 13 de abr. 2015.

OLIVEIRA, N. **Pobreza no Nordeste do Brasil: um estudo multidimensional**. 2014. 85 f. Dissertação (Mestrado em Economia Regional) – Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, 2014.

OSÓRIO, R. G.; SOARES, S. S. D.; SOUZA, P. H. G. F. **Erradicar a pobreza extrema: um objetivo ao alcance do Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 2011. 62 p. (Texto para discussão, n.1619).

OTTONELLI, J.; MARIN, S. R.; PORSEE, M.; GLASENAPP, S. A importância das medidas multidimensionais de pobreza para a administração pública: um exercício em Palmeira das Missões (RS). **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.45, n.3, p. 837-859, 2011.

Pobreza multidimensional: subsídios para discussão à luz do MPI/OPHI. Brasília, DF: MDS, 2014. 22 p. (Estudo Técnico, n. 9).

PORTAL BRASIL. **IPEA revela que 3,5 milhões saíram da pobreza em 2012**. Disponível em:< <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/10/mais-de-3-5-milhoes-sairam-da-pobreza-em-2012-diz-ipea>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

PORTAL BRASIL. **Minha Casa Minha Vida entregou 2,4 milhões de moradias**. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2015/09/minha-casa-minha-vida-entregou-2-4-milhoes-de-moradias>>. Acesso em: 17 set. 2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Sustentar o progresso humano: reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência**. Nova Iorque: RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2014. 246 p.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Desenvolvimento humano e IDH**. Disponível em:< <http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Os objetivos de desenvolvimento do milênio**. Disponível em:<<http://www.pnud.org.br/ODM.aspx>>. Acesso em: 08 abr. 2015.

RAMOS, L; MENDONÇA, R. Pobreza e desigualdade de renda no Brasil. In: GIAMBIAGI, F. et al. (org). **Economia Brasileira Contemporânea**. 2. ed. São Paulo: Elsevier, 2005. p. 355-377.

RAMOS, L. **O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais**. Rio de Janeiro: IPEA, 2007. 43 p. (Texto para discussão, n. 1255).

RICARTE, L. T.; MELO, M.; TARGINO, I. Pobreza e trabalho no setor de serviços no nordeste brasileiro. **Economia e desenvolvimento**, Recife, v. 12, n.1, p.1-19, 2013.

ROCHA, S. Do consumo observado à linha de pobreza. **Pesquisa planejamento econômico**. Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p.313-352, ago. 1997.

_____. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

_____. Pobreza no Brasil a evolução de longo prazo (1970-2011). In: FÓRUM NACIONAL, 25. , Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro: [s.n.], 2013, p.01-52.

ROWNTREE, S. B. **Poverty, a study of town life**. 2. ed. London: The Macmillan Company, 1908.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **Desigualdade reexaminada**. 2. ed. São Paulo: Record, 2008.

SÉRIES ESTATÍSTICAS IBGE. **População do Brasil**. Disponível em: <
http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&no=10>. Acesso em: 13 fev. 2015.

SILVA, L.; BORGES, M. J.; PARRÉ, J. L. Distribuição espacial da pobreza no Paraná. **Revista de Economia**, Curitiba, v.39, n. 3, p. 35-58, dez. 2013.

SILVA, A. M. R. **Um estudo sobre a pobreza multidimensional na região nordeste do Brasil**. 2009. 193 f. Dissertação (Doutorado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, 2009.

SOARES, S. **Metodologia para estabelecer a linha de pobreza**: objetiva, subjetiva, relativa e multidimensional. Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2009. 53 p. (Texto para discussão, n. 1381).

SOCIAL PANORAMA OF LATIN AMERICA. Chile: United Nations Publication, v.13, mar. 2013.

SOUZA, S. C. I.; DEVIDÉ, A. JR. **Índice de Desenvolvimento das Famílias (IDF)**: base de dados. Londrina: UEL, 2015.

APÊNDICE

Componentes e variáveis do Índice de Desenvolvimento das Famílias para o Paraná e Região Sul em 2003 e 2013

Componentes	Variáveis				
		Paraná 2003	Paraná 2013	Sul 2003	Sul 2013
Dimensão 1: Ausência de Vulnerabilidade					
Fecundidade	V1. Nenhuma mulher teve filho nascido vivo no último ano	0.97	0.98	0.97	0.98
	V2. Nenhuma mulher teve filho nascido vivo nos últimos dois anos	0.92	0.96	0.92	0.96
Atenção e cuidados especiais com crianças adolescentes e jovens	V3. Ausência de criança	0.60	0.70	0.62	0.73
	V4. Ausência de criança e adolescente	0.40	0.53	0.43	0.55
	V5. Ausência de criança, adolescente e jovem	0.28	0.39	0.30	0.42
Atenção e cuidados especiais com idosos	V6. Ausência de idoso	0.77	0.72	0.75	0.69
Dependência econômica	V7. Presença de cônjuge	0.71	0.68	0.71	0.67
	V8. Mais da metade dos membros encontra-se em idade ativa	0.90	0.94	0.91	0.95
Presença da mãe	V9. Não existe criança no domicílio cuja mãe tenha morrido	1.00	1.00	1.00	1.00
	V10. Não existe criança no domicílio que não viva com a mãe	0.97	0.98	0.98	0.98
Dimensão 2: Acesso ao Conhecimento					
Analfabetismo	E1. Ausência de adulto analfabeto	0.16	0.17	0.17	0.19
	E2. Ausência de adulto analfabeto funcional	0.25	0.23	0.24	0.23
Escolaridade	E3. Presença de pelo menos um adulto com fundamental completo	0.41	0.41	0.38	0.38
	E4. Presença de pelo menos um adulto com ensino médio completo	0.31	0.31	0.28	0.29
	E5. Presença de pelo menos em adulto com alguma educação superior	0.13	0.06	0.13	0.05
Qualificação profissional	E6. Presença de pelo menos um trabalhador com qualificação média ou alta	0.34	0.35	0.31	0.32
Dimensão 3: Acesso ao Trabalho					
Disponibilidade de trabalho	T1. Mais da metade dos membros em idade ativa encontra-se ocupada	0.37	0.42	0.39	0.42
	T2. Presença de pelo menos um trabalhador há mais de seis meses no trabalho atual	0.90	0.91	0.90	0.91
Qualidade do posto de trabalho	T3. Presença de pelo menos um ocupado no setor formal	0.45	0.51	0.43	0.50
	T4. Presença de pelo menos um ocupado em atividade não agrícola	0.76	0.77	0.73	0.75
Remuneração	T5. Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 1 salário mínimo	0.74	0.74	0.73	0.71
	T6. Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 2 salários mínimos	0.47	0.42	0.48	0.42
Dimensão 4: Disponibilidade de Recursos					
Extrema pobreza	R1. Renda familiar <i>per capita</i> superior à linha de extrema pobreza	0.94	0.96	0.95	0.97
Pobreza	R2. Renda familiar <i>per capita</i> superior à linha de pobreza	0.82	0.88	0.85	0.89
Capacidade de geração de renda	R3. Maior parte da renda familiar não advém de transferências	0.97	0.94	0.97	0.93
Dimensão 5: Desenvolvimento Infantil					
Trabalho precoce	D1. Ausência de criança com menos de 14 anos trabalhando	0.98	0.99	0.98	1.00
	D2. Ausência de criança com menos de 16 anos trabalhando	0.96	0.98	0.96	0.99
Acesso a escola	D3. Ausência de criança até 6 anos fora da escola	0.88	0.87	0.89	0.88
	D4. Ausência de criança de 7-14 anos fora da escola	0.64	0.73	0.65	0.74
	D5. Ausência de criança de 7-17 anos fora da escola	0.57	0.66	0.58	0.67
Progresso escolar	D6. Ausência de criança de até 14 anos com mais de 2 anos de atraso	0.98	0.96	0.98	0.97
	D7. Ausência de adolescente de 10 a 14 anos analfabeto	0.74	0.81	0.75	0.81
	D8. Ausência de jovem de 15 a 17 anos analfabeto	0.74	0.81	0.75	0.81
Dimensão 6: Condições Habitacionais					
Propriedade	H1. Domicílio próprio	0.74	0.73	0.76	0.78
	H2. Domicílio próprio ou cedido	0.84	0.80	0.86	0.84
Déficit habitacional	H3. Densidade de até dois moradores por dormitório	0.84	0.92	0.86	0.92
Abrigabilidade	H4. Material de construção permanente	0.99	0.99	0.99	0.99
Acesso a abastecimento de água	H5. Acesso adequado à água	1.00	1.00	0.99	1.00
Acesso à energia elétrica	H6. Acesso à eletricidade	0.99	1.00	0.99	1.00
Acesso a saneamento	H7. Esgotamento sanitário adequado	0.71	0.79	0.76	0.82
	H8. Presença de banheiro no domicílio ou na propriedade	0.98	1.00	0.98	0.99
	H9. Uso do banheiro ou sanitário é destinado exclusivamente ao domicílio	0.99	1.00	0.98	1.00
Acesso à coleta de lixo	H10. Lixo é coletado	0.89	0.94	0.87	0.93
Dimensão 7: Consumo de bens duráveis					
Acesso a fogão	C1. O domicílio possui fogão	0.99	0.99	0.99	0.99
Acesso à geladeira	C2. o domicílio possui geladeira	0.94	0.99	0.95	0.99

Fonte: Elaboração própria a partir de Souza; Deividé Jr. (2015).